



UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA

Perceções acerca do impacto do Desporto Escolar na Delinquência Juvenil

Dissertação apresentada à Universidade Católica Portuguesa
para obtenção do grau de Mestre em Psicologia

- Especialização em Psicologia da Educação e Desenvolvimento Humano -

por

Hugo Magalhães de Carvalho

sob orientação de

Doutora Raquel Matos
Doutora Lurdes Veríssimo

Faculdade de Educação e Psicologia
Porto, julho de 2014

AGRADECIMENTOS

À minha mãe, por todo o amor, carinho, dedicação e respeito. Por ter o maior e melhor coração do mundo, e por partilhá-lo comigo, todos os dias.

Ao meu pai, pelo exemplo que é para mim, e por me demonstrar diariamente que sou capaz de superar qualquer obstáculo.

Ao meu irmão, Diogo, pelo valor que tem enquanto ser humano, por me ter ensinado milhares de coisas sem se aperceber, desde o dia em que nasceu.

À Cris, pela amizade sincera, por dar tudo sem pedir nada em troca, por nunca me ter deixado “cair”.

À Rosarinho, por me fazer sentir importante em cada pequeno passo, pelo orgulho que me faz sentir, constantemente, nesta amizade que criámos.

À Genis, simplesmente por tornar o meu mundo num mundo melhor, por tornar tudo mais fácil e mais divertido.

À Inês, ao Dani e à Rute, por tudo o que vivemos nestes cinco anos, sempre juntos. Por todas as histórias que levo comigo para a vida.

À Beatriz, à Malheiro, à Joana, à Inês, à Mariana, à Zé, à Rita, à Filipa, à Cláudia, à Bárbara e a todos os outros que foram essenciais ao longo da minha vida académica (e não só), e que tornam esta “despedida” na mais difícil de todas.

À Professora Lurdes e à Professora Raquel, pelo voto de confiança, pela persistência, pelo apoio constante, por terem enriquecido ainda mais este meu percurso.

À Mónica, pela competência, profissionalismo, compreensão e disponibilidade. Por me ter mostrado, da melhor forma, a razão por que todos dizem ser “brilhante”.

A todos os participantes desta investigação por terem permitido a realização deste trabalho, por partilharem comigo as suas experiências e por me terem feito aprender ainda mais.

RESUMO

O presente estudo assume como objetivo geral compreender o papel do desporto escolar enquanto fator protetor ou fator de risco para a delinquência juvenil. Esta associação do Desporto Escolar como fator de proteção ou fator de risco pode revelar-se bastante complexa, uma vez que a literatura que procura uma ligação entre a participação desportiva e a Delinquência Juvenil é escassa e apresenta resultados mistos (Gardner, Roth, & Brooks-Gunn, 2011). Neste sentido, a investigação que se apresenta compreenderá dois estudos empíricos, um de natureza quantitativa e um de natureza qualitativa, permitindo assim um maior aprofundamento desta relação. É esta combinação das metodologias, quantitativa e qualitativa, que, no final, irá fornecer o pleno conhecimento sobre as questões e objetivos de pesquisa (Hinton, 2004).

Os resultados obtidos no estudo de cariz quantitativo não são suficientemente esclarecedores, não sendo possível compreender a relação existente entre a prática do Desporto Escolar e a incidência de comportamentos delinquentes e desviantes. Contudo, apesar de o estudo quantitativo não evidenciar relação entre Delinquência Juvenil e Desporto Escolar, os resultados do estudo qualitativo demonstram que os professores salientam um impacto positivo do Desporto Escolar a vários níveis, nomeadamente ao nível pessoal, social, escolar e familiar. Contudo, no que respeita à perceção acerca do papel do Desporto Escolar enquanto fator de proteção ou fator de risco para a Delinquência Juvenil, os resultados são mistos, apesar de um elevado predomínio de excertos que o associam como fator protetor da incidência de comportamentos delinquentes.

Assim, foi possível concluir uma congruência com o que tem vindo a ser identificado na literatura, confirmando a complexidade deste fenómeno, sendo possível, no entanto, destacar vários fatores que poderão permitir uma melhor compreensão do mesmo em investigações futuras.

ABSTRACT

The present study assumes as general purpose the understanding of the role of school sports while protective factor or risk factor for juvenile delinquency. This association of School Sports as protective factor or risk factor can prove to be quite complex, since the literature that seeks a relation between sport participation and Juvenile Delinquency is scarce and shows mixed results (Gardner, Roth, & Brooks-Gunn, 2011). In this sense, the presented research comprises two empirical studies, one of quantitative nature and the other of qualitative nature, thus allowing a deeper understanding of this relationship. This combination of methodologies, quantitative and qualitative, will, at the end, provide the knowledge about the issues and the aims of the research (Hinton, 2004).

The results obtained in the quantitative nature study are not sufficiently enlightening, being therefore not possible to understand the relationship between the practice of School Sports and the incidence of delinquent and deviant behavior. However, though the quantitative study shows no relationship between Juvenile Delinquency and School Sports, the results of the qualitative study show that teachers emphasize a positive impact of School Sports at various levels, namely personal, social, school and family. Nonetheless, regarding the perception about the role of School Sports as protective factor or risk factor for Juvenile Delinquency, results are mixed, despite the high predominance of excerpts that associate it as a protective factor in the incidence of delinquent behavior.

Thus, it was possible to conclude for congruence with what has been identified in the literature, confirming the complexity of this phenomenon, being possible, however, to highlight several factors that may allow a better understanding of the same in future investigations.

ÍNDICE GERAL

| | |
|---|----|
| Introdução | 1 |
| Capítulo 1 – Enquadramento Teórico | 4 |
| 1. Delinquência Juvenil..... | 4 |
| 2. Delinquência Juvenil e Contexto Escolar..... | 6 |
| 3. Fatores de Risco e Fatores Protetores da Delinquência Juvenil..... | 7 |
| a) Fatores de Risco associados à Delinquência Juvenil..... | 8 |
| b) Fatores Protetores associados à Delinquência Juvenil..... | 9 |
| 4. Desporto Escolar..... | 10 |
| 5. Desporto Escolar enquanto fator de risco ou fator de proteção para a Delinquência Juvenil..... | 11 |
| Capítulo 2 – Estudos Empíricos | 14 |
| 1. Objetivos e Fundamentação do Método..... | 14 |
| 2. Estudo Quantitativo..... | 15 |
| 2.1. Questão de Investigação..... | 15 |
| 2.2. Metodologia..... | 15 |
| 2.2.1. Amostra..... | 15 |
| 2.2.2. Instrumento..... | 16 |
| 2.2.3. Procedimentos de Recolha e Tratamento de Dados..... | 18 |
| 2.3. Resultados..... | 18 |
| 3. Estudo Qualitativo..... | 22 |
| 3.1. Questões de Investigação..... | 22 |
| 3.2. Metodologia..... | 23 |
| 3.2.1. Participantes..... | 23 |
| 3.2.2. Instrumento..... | 23 |
| 3.2.3. Procedimentos de Recolha e Tratamento de Dados..... | 24 |
| 3.3. Resultados..... | 24 |
| Capítulo 3 – Discussão dos Resultados | 32 |
| Conclusão | 39 |
| Referências Bibliográficas | 43 |

LISTA DE ANEXOS

ANEXO 1 – Guião de Entrevista

ANEXO 2 – Consentimento Informado

INTRODUÇÃO

A investigação apresentada assume como principal objetivo compreender o papel do Desporto Escolar enquanto fator protetor ou fator de risco para a Delinquência Juvenil, inserindo-se num projeto mais abrangente, o *Project MERLINO – Towards a juvenile delinquency prevention policy: a multi-state experiment on integration and efficacy*, financiado pela Comissão Europeia e que reúne o contributo de seis países europeus (Portugal, Espanha, Grécia, Itália, Reino Unido e Estónia).

A delinquência, de uma forma geral, é um assunto de grande interesse social dadas as suas potenciais consequências negativas. Considerando que os comportamentos de delinquência normalmente têm o seu início na fase da adolescência, o fenómeno da Delinquência Juvenil assume uma grande importância, tendo-se assistido a um grande interesse neste tema, dada a sua constante associação com comportamentos como a agressão, abuso de substâncias, entre outros (Carrilho, 2000). Em Portugal, segundo o Decreto-Lei nº 166/99 – Lei Tutelar Educativa - um comportamento delinvente associa-se à prática de um ato qualificado na lei como crime por um jovem entre os 12 e os 16 anos.

Este interesse tem dado origem a diversos trabalhos, quer teóricos quer empíricos, sobre as causas e formas de manifestação, bem como as tendências e evolução deste fenómeno (Chitas, 2010). Recentemente, tem-se vindo a assistir a números crescentes de jovens que praticam atos de Delinquência Juvenil (Pais, 2012), podendo ser identificadas várias causas, como a afirmação entre o grupo de pares, perante os pais, ou até por oposição às autoridades. O maior conhecimento deste fenómeno revela-se também essencial para a identificação de estratégias e modelos de intervenção que previnem a delinquência e promovam o desenvolvimento psicossocial (Greenwood, 2008). Esta aposta na criação de planos de ação que combatam a delinquência assume uma pertinência ampliada nos mais jovens, atentando ao facto de se verificar uma maior prevalência de atos de delinquência nesta faixa etária e uma maior probabilidade de eficácia das intervenções (Pais, 2012).

Para o delineamento destas respostas, é necessário conhecer os fatores de risco e os de proteção associados ao fenómeno em causa, quer os de índole pessoal, como contextual (Carr, 2006). Atentando mais concretamente aos fatores contextuais, e considerando o foco na adolescência, o contexto escolar assume grande importância, tornando-se essencial compreender a influência que este contexto pode ter assumir na origem dos comportamentos de Delinquência Juvenil, bem como nas trajetórias deste fenómeno. Este último aspeto prende-se com o facto de, na adolescência, podermos estar perante comportamentos de delinquência temporários ou outros que se prolongam, transformando-se num percurso de vida marcado por comportamentos antissociais (Moffit, 1993).

Considerando os diferentes aspetos do contexto escolar e a forma como estes se relacionam com a Delinquência Juvenil, a literatura tem vindo a identificar a participação em atividades escolares como um fator protetor (Simões, Matos & Batista-Foguet, 2008). Entre estas, identifica-se um especial interesse em abordar o Desporto Escolar, dado tratar-se da atividade escolar com números de participação mais significativos (Direção-Geral da Educação, 2011). De facto, em Portugal, o Desporto Escolar constitui-se como uma das vertentes de atuação do Ministério da Educação e Ciência com maior transversalidade no sistema educativo, desenvolvendo atividades desportivas de complemento curricular, intra e interescolares, dirigidas quer a agrupamentos de escolas, quer a escolas não agrupadas (Direção-Geral da Educação, 2013).

Pressupõe-se que a atividade desportiva realizada ao nível do Desporto Escolar desenvolva potencialidades físicas e psicológicas, que contribuem para o desenvolvimento global dos jovens, constituindo-se como espaço privilegiado para fomentar hábitos saudáveis, competências sociais e valores morais (Direção-Geral da Educação, 2013).

Não obstante, esta associação do Desporto Escolar como fator de proteção pode revelar-se mais complexa, uma vez que as evidências que procuram uma ligação entre a participação desportiva e a Delinquência Juvenil é mista (Gardner, Roth, & Brooks-Gunn, 2011), havendo estudos que revelam que os jovens que praticam desporto podem também apresentar mais problemas de comportamento (Darling, Caldwell, & Smith, 2005). Assim, é possível encontrar, por um lado, autores que consideram que o Desporto Escolar promove aspetos essenciais como o aumento da autoestima e do controlo individual, a aceitação da disciplina, a socialização, o trabalho em equipa, a adaptação e integração (Santos, 2000; Zamanian, Zameni, Forouzandeh & Haghghi, 2012). Por outro lado, alguns investigadores identificaram relações entre jovens que praticam desporto e comportamentos delinquentes (Faulkner, Adlaf, Irving, Allison, Dwyer e Goodman, 2007; Begg et al, 1996, cit in Miller, Melnick, Barnes, Sabo, & Farrell, 2007), considerando que o desporto pode proporcionar ambientes onde a violência, os confrontos e o uso de substâncias são banalizados e frequentes (Crabbe, 2000).

Neste sentido, atentando à prevalência atual da Delinquência Juvenil, sobretudo em contexto escolar, a importância de compreender os fatores que contribuem positiva e negativamente para este fenómeno e atentando, sobretudo, à falta de congruência entre os autores, é de facto urgente que o nosso conhecimento acerca do tema se aprofunde.

A presente investigação encontra-se dividida em três principais partes. Na primeira, apresenta-se a contextualização teórica, procurando sistematizar os principais aspetos do tema identificados na literatura, abordando questões gerais relativas à Delinquência Juvenil e contexto escolar, seguindo-se uma síntese dos fatores de risco e proteção e terminando com a exploração do Desporto Escolar e de como este se poderá constituir como fator de risco ou de proteção associado à Delinquência Juvenil. Na segunda parte – *Estudos Empíricos* – são

abordados com maior pormenor os objetivos da investigação, prosseguindo-se com a descrição e exploração da metodologia utilizada. Nesta secção, a investigação encontra-se subdividida em dois estudos empíricos, sendo que o primeiro adota uma metodologia quantitativa e o segundo qualitativa. São, assim, identificados os principais aspetos metodológicos de cada um dos estudos, desde a descrição da amostra/participantes, aos instrumentos e procedimentos, quer de recolha, quer de tratamento de dados. Nesta segunda parte inclui-se ainda a apresentação dos resultados obtidos em ambos os estudos. Por sua vez, a terceira parte inclui a discussão destes dois estudos de forma articulada e com base no conhecimento científico atual. Finalmente, é possível encontrar ainda a conclusão, onde se sintetiza os principais resultados obtidos com a investigação, refletindo ainda sobre possíveis pistas para investigações futuras e limitações do presente estudo.

CAPÍTULO 1 – ENQUADRAMENTO TEÓRICO

1. Delinquência Juvenil

Definir Delinquência Juvenil pode ser uma tarefa árdua devido ao grau de imprecisão que pode associar-se a este fenómeno, assente numa utilização indistinta do termo e sujeita a interpretações díspares (Carrilho, 2000). Segundo Carrilho (2000), podem considerar-se diferentes perspetivas para circunscrever o que se pode constituir como um comportamento delinvente, que enfatizam critérios e indicadores distintos. Se atendermos a um ponto de vista sociológico, a definição de Delinquência Juvenil depende do que é considerado normativo e desviante, relativizando-se assim o conceito de Delinquência Juvenil. Isto significa que a noção de Delinquência Juvenil depende da adoção de uma conceção de norma no sentido legalista baseando-se na regulamentação penal, ou na adoção de uma conceção que de forma geral envolve as interdições sociais, abrangendo assim todos os comportamentos socialmente não aceites. Tendo em conta uma perspetiva mais psicológica, privilegia-se um entendimento do fenómeno de acordo com diferentes formas e níveis de participação em atos delinquentes por parte de um jovem, onde, várias vezes, critérios como a frequência ou a regularidade dos comportamentos servem para definir o conceito, podendo aliar-se a uma noção dita psicopatológica (Carrilho, 2000).

Do ponto de vista jurídico, a delinquência refere-se às consequências legais do comportamento delituoso e respetiva responsabilização legal, sendo que nesta perspetiva é relevante atender à idade considerada pela lei como limite para idade penal (i.e., 16 anos). Neste sentido, em Portugal, segundo o Decreto-Lei nº 166/99 – Lei Tutelar Educativa - um comportamento delinvente associa-se à prática de um ato qualificado na lei como crime por um jovem entre os 12 e os 16 anos. Perante estes atos criminais, não são aplicadas as penas previstas e correspondentes aos crimes cometidos, mas sim medidas tutelares educativas (e.g., internamento em centro educativo, tarefas a favor da comunidade, acompanhamento educativo) que visam a educação do menor para o Direito e a sua reinserção na comunidade. Tipificar o comportamento delinvente é assim relevante quando compreendemos a diferença entre um adolescente que tem um comportamento desadequado na escola, como por exemplo um consumo esporádico de substâncias, e aquele que põe em causa a vida ou o bem-estar de outro (Carrilho, 2000). Relevando a perspetiva jurídica, podemos então admitir que a Delinquência Juvenil é sobretudo um conceito baseado em normas e valores construídos em bases culturais e legais, em que esta refere-se aos atos de violação das normas legais levadas a cabo por crianças ou jovens (Matos, Vieira, Almeida, Rodrigues & Rodrigues, 2013).

Paralelamente, tem-se assistido a um grande interesse no tema da Delinquência Juvenil, dada a sua constante associação com comportamentos como a agressão, abuso de substâncias,

entre outros (Carrilho, 2000). Este interesse tem dado origem a diversos trabalhos, quer teóricos quer empíricos, sobre as causas e formas de manifestação, bem como as tendências e evolução deste fenómeno (Chitas, 2010). Na prática, isto traduz-se numa constante tentativa de implementação de políticas de intervenção, bem como a uma atenção constante por parte dos *Media* e de profissionais de várias áreas, como a Sociologia, a Criminologia, o Direito ou a Psicologia (Smith, 2008).

Especialmente no âmbito da Psicologia e da Criminologia, a abordagem desenvolvimental tem ganhado, ao longo dos últimos anos, um lugar de destaque na compreensão e explicação do fenómeno da delinquência. Segundo esta abordagem, os comportamentos considerados delinquentes têm início, frequentemente, por volta dos 14 anos de idade, alcançando o máximo de prevalência nos anos da adolescência e diminuindo a partir dos 20 anos, vista como uma delinquência normativa do ponto de vista desenvolvimental (Farrington, 1986). Embora tenhamos presente, atualmente, que a conduta delinvente surge em paralelo com o desenvolvimento psicossocial durante a fase da adolescência, nem sempre esta ideia foi aceite de uma forma tão evidente (Carrilho, 2000)

Porém, vários estudos têm revelado que, de facto, existe uma correlação entre a idade e a prática delinvente, observando-se que à medida que a idade aumenta há um retrocesso na prática de comportamentos delinquentes (Farrington, 1986; Pais, 2012). Alguns destes estudos têm, inclusive, demonstrado que o comportamento delinvente surge com maior frequência e intensidade em idades compreendidas entre os 12 e os 17 anos, fase em que o jovem passa por uma reorganização interna e cimenta os valores subjacentes à sua personalidade (Negreiros, 2001). O autor afirma ainda que o comportamento atinge um máximo de intensidade e frequência por volta dos 17 anos de idade, decrescendo a partir daí, em paralelo com o fim da adolescência e, conseqüentemente, entrada na idade adulta (Negreiros, 2001). Assim, deve considerar-se que apesar de, em alguns casos, o comportamento delinvente estar confinado aos anos da adolescência, existem também situações em que a Delinquência Juvenil é apenas um passo num percurso de vida marcado por comportamentos antissociais (Moffit, 1993). Por outro lado, é também de salientar que um início precoce tem vindo a ser associado a comportamentos delinquentes mais graves, violentos e persistentes, que se estendem ao longo da vida (Andershed, Gustafson, Kerr, & Stattin, 2002).

Estes fatores identificados, como a maior incidência de comportamento delinquentes, têm um grande impacto na opinião pública, contribuindo para algum alarme social, pressionando o Estado para atuar (Pechorro, 2011). Segundo Pais (2012), cada vez mais os jovens praticam atos delinquentes, seja como forma de se afirmarem entre o grupo de pares, perante os pais, ou até por oposição às autoridades, sendo fulcral apostar na criação de planos de ação que combatam essa delinquência, principalmente no que aos mais jovens diz respeito, onde a investigação demonstra que delinquência é mais frequente e a intervenção mais eficaz (Pais,

2012). Segundo Greenwood (2008), na última década a investigação tem identificado estratégias e modelos de intervenção que previnem a delinquência e promovem o desenvolvimento psicossocial. Estas propostas de intervenção não só evitam o desenvolvimento de trajetórias de vida delinquentes de muito jovens, mas também previnem o aparecimento de condutas criminais quando estes jovens se tornam adultos, reduzindo a criminalidade em toda a sociedade (Greenwood, 2008).

Atentando ao facto do início das práticas delinquentes ser tipicamente associado à fase da adolescência, revela-se essencial compreender o papel do contexto escolar neste fenómeno. Além disso, a exploração deste contexto enquanto potencialmente explicador das múltiplas trajetórias que diferem em gravidade e frequência dos comportamentos, podendo associar-se à delinquência normativa ou à persistente (Moffit, 1993), revela-se também de grande importância. Neste sentido, será agora explorada a relação entre o fenómeno da Delinquência Juvenil e o contexto escolar.

2. Delinquência Juvenil e Contexto Escolar

O papel da escola na Delinquência Juvenil tem adquirido uma atenção especial nos últimos anos (Ellonen, 2008), tanto pela correlação identificada entre a Delinquência Juvenil e o insucesso escolar (Carrilho, 2000), como pelo aumento de comportamentos relacionados com indisciplina e *bullying* (Velez, 2010). Segundo Fonseca (1992, cit in Velez, 2010) destacam-se ainda como exemplos destes comportamentos delinquentes ou desviantes o falar desadequadamente e ser verbalmente e fisicamente agressivo, danificar os materiais, beber álcool, roubar objetos, entre outros, sendo estes mais frequentes em rapazes do que em raparigas. Estes aspetos, segundo Velez (2010), podem contribuir para uma imagem negativa da instituição escolar. Além disso, é de salientar que os jovens passam grande parte do seu tempo da infância e juventude na escola, expondo-se ao seu ambiente social, à influência dos grupos de pares, entre outros fatores, que podem contribuir, positiva ou negativamente para a adoção de comportamentos delinquentes (Ellonen, 2008).

Pral (2007) considera a adolescência como uma fase atribulada, caracterizada por alterações a nível físico, psicológico, afetivo, familiar e social, sendo também uma etapa em que o jovem começa a definir a sua própria identidade através das suas vivências e experiências. Assim, começa a adquirir maior autonomia, afastando-se um pouco da retaguarda familiar e inserindo-se num grupo de pares, normalmente presente na escola, que terá um papel fundamental em todo esse processo de construção da identidade (Pral, 2007). Também outras realidades têm tido um papel importante neste processo, como por exemplo as novas tecnologias, que permitem aos jovens contactar com diversos saberes e diferentes culturas (Velez, 2010). É importante ainda ter em conta, no entanto, que a escola, enquanto sistema

aberto e em interação com o meio, não fica imune às tensões e problemáticas da sociedade que a envolve e, por essa mesma razão, estes comportamentos observáveis nas escolas podem ser encarados também como um reflexo dos conflitos que estão presentes na sociedade em geral (Velez, 2010) e não como pertencentes exclusivamente ao contexto escolar.

Ainda segundo Velez (2010), a Delinquência Juvenil pode constituir-se como um problema complexo e multidimensional que afeta cada vez mais o sistema educativo, sendo que a tendência é para um crescimento destas ocorrências, quer ao nível da frequência, quer da intensidade. Especificamente em Portugal, e à semelhança do que acontece em muitos outros países, a violência na escola transformou-se ultimamente num fenómeno de grandes proporções, sendo que, dado o potencial impacto negativo, tanto nos jovens como no clima geral da escola, esta temática constitui uma preocupação essencial para pais, professores, e para a sociedade em geral (Velez, 2010).

Atendendo a todas estas razões torna-se essencial intervir nesta fase da adolescência e nomeadamente no contexto escolar, apostando, assim, sobretudo numa lógica de prevenção do envolvimento do jovem em atividades que possibilitem o início da trajetória delinvente. Seguindo a abordagem desenvolvimental privilegiada, podemos admitir que o controlo dos fatores de risco e a valorização dos fatores protetores do comportamento delinvente podem ser estratégias determinantes na prevenção do desenvolvimento de trajetórias de Delinquência Juvenil (Carrilho, 2000).

3. Fatores de Risco e Fatores Protetores da Delinquência Juvenil

Considerando a Delinquência Juvenil como problema social peculiar, que exige uma intervenção imediata, torna-se fundamental conhecer quais os fatores de risco e fatores protetores associados a este fenómeno (Oliveira, 2011). O desenvolvimento de problemas de diversas ordens em crianças e adolescentes é influenciado por diferentes fatores, sendo possível estabelecer uma distinção entre fatores de risco e fatores protetores. Por fator de risco entende-se aquele que predispõe a criança ou adolescente para o desenvolvimento do problema, enquanto que os fatores protetores desempenham um papel de prevenir o problema ou diminuir a influência dos fatores de risco (Carr, 2006). Ambos estes fatores podem ser subclassificados em domínios pessoais ou contextuais, sendo que os fatores pessoais se referem às características biológicas e psicológicas da criança, enquanto que os fatores contextuais se referem a características do contexto psicossocial da criança, incluindo a família, a escola e o grupo de pares (Carr, 2006). Atentando ao facto da investigação em causa considerar essencialmente a manifestação da Delinquência Juvenil em contexto escolar, serão tidos em conta sobretudo fatores contextuais. A investigação demonstra que não existe um único caminho que leve à

delinquência, mas sim que a presença de diferentes fatores de risco tende a aumentar a probabilidade de um jovem incidir em comportamentos de delinquência (Shader, 2003).

Segundo Lopes (2009), o conhecimento e a identificação precoce dos fatores protetores e dos fatores de risco no percurso de um determinado indivíduo ou de uma determinada comunidade são fundamentais, tanto para prevenir trajetórias de desenvolvimento desfavoráveis, como para promover intencionalmente e de forma sistemática trajetórias de desenvolvimento positivas. Também Rocha (2011) concluiu que a implementação de programas de prevenção destas trajetórias desenvolvimentais de risco fortalece os fatores protetores, reduzindo posteriormente os comportamentos problemáticos. Alguns estudos demonstram que é pouco habitual que pessoas adultas incidam em comportamentos delinquentes depois da adolescência, sugerindo então que a prevenção na fase da adolescência, através da identificação precoce dos fatores protetores e de risco, é essencial (Elliott, Huizinga, & Menard, 1989, cit in Moffit, 1993).

É neste sentido que se revela essencial a identificação destes fatores em relação à Delinquência Juvenil, pois é só através da sua identificação e conhecimento que somos capazes de potenciar os protetores e prevenir os de risco. Segue-se, de seguida, uma breve apresentação sobre fatores de risco e protetores que a literatura tem vindo a associar à Delinquência Juvenil.

a. Fatores de Risco associados à Delinquência Juvenil

Segundo Greenwood (2008), somente nos últimos 15 anos a investigação começou a identificar claramente os fatores de risco da delinquência, bem como as intervenções que reduzem de forma consistente a probabilidade desta ocorrer. Este autor identifica alguns fatores considerados dinâmicos, envolvendo a qualidade da dinâmica familiar e parental, o envolvimento na escola, o grupo de pares, entre outros, sendo mais facilmente manipuláveis (Greenwood, 2008), permitindo que sejam feitas alterações aos mesmos.

Sabendo que o presente estudo se centra na delinquência exercida por jovens entre os 14 e os 17 anos, a adolescência enquanto fase de desenvolvimento merece especial atenção. Ao centrarmo-nos nesta fase compreendemos que, segundo Marques (2012), na fase da adolescência, o sujeito afasta-se cada vez mais da família, centrando-se na escola e nas relações com os seus amigos e grupos de pares. Esse afastamento familiar e centralização em relações que levam a novas experiências com o grupo de pares, poderá causar uma quebra na socialização com a família e, nomeadamente, com as responsabilidades inerentes a esta, promovendo no jovem comportamentos que muito se afastam dos moldes legais (Marques, 2012). A par disto, o contexto social em que o jovem está pode promover a realização de comportamentos delinquentes, principalmente quando o jovem se encontra inserido num contexto social instável ou desfavorecido, sendo a pobreza normalmente identificada como um

fator de risco (Shader, 2003). Nestes contextos, vivenciam-se mais frequentemente consumos e tráfico de substâncias, furtos e todo um conjunto de comportamentos desviantes que podem exercer uma forte influência para o jovem praticar comportamentos delinquentes (Farrington & Loeber, 2000). Trata-se, de um modo geral, de contextos considerados de risco, uma vez que aumentam a probabilidade de incidência nos comportamentos delinquentes dado oferecerem um maior número de oportunidades para tal (e.g. furtos) (Thornberry, Krohn, Lizotte, Smith & Porter, 1998).

Olhando especificamente para os fatores de risco de cariz escolar, Farrington e Loeber (2000) destacam que as dificuldades cognitivas, o baixo envolvimento escolar, a ausência de atividades extracurriculares, o absentismo escolar, ou a reduzida atratividade dos conteúdos letivos podem ser vistos como fatores de risco para a Delinquência Juvenil. Smith (2008), através de vários estudos, identificou também uma correlação positiva entre a Delinquência Juvenil e as perturbações de aprendizagem e a perturbação de hiperatividade com défice de atenção. Além disso, no que respeita ao contexto escolar, a pesquisa destacou o uso de substâncias como principal fator de risco, mas também o baixo rendimento escolar (Simões, Matos, & Batista-Foguet, 2008).

Caldeira (2007, cit in Lourenço, 2009) afirma ainda que muitos jovens encontram na escola, através da junção a gangues, a satisfação das necessidades afetivas mais básicas como a aceitação, a pertença, o companheirismo ou a segurança. Esta incorporação nos gangues, normalmente traduz-se em casos de violência, indisciplina, absentismo escolar, entre outros, nomeadamente em escolas mais próximas de redes sociais problemáticas (Lourenço, 2009). Para confirmar esta ideia, Velez (2010) afirma que a teoria aponta para uma conjugação de fatores escolares e contextuais, uma vez que nas escolas situadas em meios mais desfavorecidos e problemáticos, quer economicamente como socialmente, as trajetórias delinquentes prevalecem. Importa, no entanto, ressaltar que apesar dos fatores de risco identificados poderem aumentar a probabilidade de comportamentos delinquentes, estes não apresentam uma relação de causa-efeito linear com a delinquência (Shader, 2003), podendo alguém exposto aos fatores referidos nunca incidir em comportamentos delinquentes.

b. Fatores Protetores associados à Delinquência Juvenil

Serão agora explorados em maior pormenor os fatores protetores associados à Delinquência Juvenil, ou seja, aqueles que medeiam ou moderam o efeito da exposição aos fatores de risco, levando a uma incidência mais reduzida em problemas de comportamento (Pollard, Hawkins & Arthur, 1999). Segundo Rutter (1987, cit in Shader, 2003) os fatores protetores diminuem a incidência dos comportamentos de delinquência por via de quatro

processos distintos, a saber: a redução de riscos; a redução de reações negativas em cadeia; o estabelecendo de autoestima; e, por fim, a disponibilização de oportunidades positivas.

Segundo Marques-Teixeira (2000, cit in Pais, 2012) uma dinâmica social e familiar funcional, onde se valorizem as relações afetivas, bem como a socialização com grupos de pares não delinquentes e a envolvimento na escola, são fatores que afastam o adolescente da conduta delincente. A nível individual, as competências sociais e relacionais, elevadas capacidades cognitivas e uma atitude de rejeição face a comportamentos delinquentes, assumem um importante papel enquanto fator protetor do envolvimento em comportamentos delinquentes.

Simões, Matos e Batista-Foguet (2008) destacam ainda como fatores protetores o desempenho escolar elevado, a participação ativa nas atividades escolares e o bom relacionamento com os colegas, professores e funcionários. Este último fator permite que estas figuras significativas possam estar mais presentes no dia-a-dia do jovem, aconselhando-o ou supervisionando-o. Considerando então que a participação em atividades escolares poderá ser considerado um fator protetor, pode ser feita referência ao Desporto Escolar, que por norma se constitui como a atividade escolar mais divulgada e praticada pelos jovens. Não obstante, como será explorada posteriormente, esta associação do Desporto Escolar como fator de proteção pode revelar-se mais complexa, podendo ser empiricamente infirmada, surgindo também questões que identificam o Desporto Escolar como fator de risco. Assim sendo, passamos seguidamente a discutir de forma mais pormenorizada alguns fatores cruciais do Desporto Escolar, bem como o modo como estes se podem constituir como fator de risco ou protetor.

4. Desporto Escolar

Cada vez em maior número, as pessoas têm vindo a recorrer à prática de exercício físico e atividade física com o intuito de procurar atingir um bem-estar psicológico, que tem sido afetado pela sociedade moderna e pelas suas novas exigências e pressões, caracterizada por novas formas de pressão e *stress* (Freire, 2010).

Quando se trata do contexto escolar, essa oportunidade passa pelo Desporto Escolar, onde segundo a Lei de Bases de Atividade Física e do Desporto, Capítulo IV, Secção 1, art. 28º, ponto 1, “a educação física e o desporto escolar devem ser promovidos no âmbito curricular e de complemento curricular, em todos os níveis e graus de educação e ensino, como componentes essenciais da formação integral dos alunos, visando especificamente a promoção da saúde e condição física, a aquisição de hábitos e condutas motoras e o entendimento do desporto como fator de cultura.” (Lei n.º 5/2007 de 16 de Janeiro).

Em Portugal, o Desporto Escolar constitui-se como uma das vertentes de atuação do Ministério da Educação e Ciência com maior transversalidade no sistema educativo, desenvolvendo atividades desportivas de complemento curricular, intra e interescolares,

dirigidas quer a agrupamentos de escolas, quer a escolas não agrupadas (Direção de Geral da Educação, 2013). Este é definido como um conjunto de “(...) práticas lúdico-desportivas e de formação com objeto desportivo, desenvolvidas como complemento curricular e de ocupação dos tempos livres, num regime de liberdade de participação e de escolha, integradas no plano de atividade da escola e coordenadas no âmbito do sistema educativo” (Artigo 5.º, Decreto-Lei n.º 95/91). Segundo Saura (1996, cit in Teixeira, 2007) o Desporto Escolar consiste na atividade física realizada num período concreto no que à idade concerne, mais precisamente até aos 15-16 anos e que ocorre em horário extracurricular, devendo atender às características da criança, com finalidades educativas e que tenham repercussões no âmbito fisiológico, cognitivo, afetivo, motor e social.

Segundo dados da Direção Geral da Educação, em 2011 estimava-se que cerca de 172000 crianças/jovens praticavam alguma modalidade de Desporto Escolar. No entanto, apesar dos elevados números de procura das atividades desportivas em meio escolar, a sociedade ainda não reconhece as mais-valias da formação desportiva na formação integral das crianças e jovens (Direção de Geral da Educação, 2013). Esta visão de mais-valia tem já sido identificada por alguns autores, que salientam a importância, sobretudo, da componente educativa do Desporto Escolar. Realça-se também o Desporto Escolar como parte integrante de um conjunto de atividades de complemento curricular, que procuram promover o desenvolvimento cultural e cívico, a educação física e desportiva, a educação artística e a inclusão dos alunos na comunidade (Freire, 2010). De facto, pressupõe-se que a atividade desportiva realizada, ao nível do Desporto Escolar, desenvolva potencialidades quer físicas, quer psicológicas, que contribuem para o desenvolvimento global dos jovens, sendo um espaço privilegiado para fomentar hábitos saudáveis, competências sociais e valores morais, tais como a responsabilidade, a disciplina, a tolerância e o respeito, entre outros (Direção de Geral da Educação, 2013).

5. Desporto Escolar enquanto Fator de Risco ou Fator de Proteção para a Delinquência Juvenil

Como vimos, o Desporto Escolar é uma área transversal da Educação com impacto em diversas áreas sociais, constituindo-se como um instrumento essencial na promoção da saúde, na inclusão e integração social, na promoção do desporto e combate ao insucesso e abandono escolar (Ministério da Educação, 2009). Considerando este aspeto e atentando aos fatores de proteção identificados no ponto anterior, pode então considerar-se que a componente educativa do Desporto Escolar pode contribuir fortemente para uma diminuição da incidência de comportamentos de risco (Aguiar, 2010).

É possível encontrar várias referências aos benefícios relacionados com a saúde física, qualidade de vida e a prática regular de exercício físico (Freire, 2010), mas também ao nível psicológico, nomeadamente ao nível do bem-estar psicológico e diminuição da prevalência de patologias como a depressão ou a ansiedade, o que aumenta a eficácia na realização das atividades quotidianas (Dubow & Kelly, 2003). É ainda possível concluir que a prática do Desporto Escolar tem resultados na inserção dos alunos na escola e nos resultados académicos que obtêm (Freire, 2010), fatores estes identificados como protetores anteriormente. Neste sentido, com o objetivo de promover um desenvolvimento global positivo dos jovens, torna-se necessário incluir e valorizar as atividades desportivas que procuram o desenvolvimento de valores e competências pessoais e sociais, sem nunca descurar a satisfação e interesse dos jovens (Aguilar, 2010).

A preocupação iminente com o aumento dos problemas de comportamento, delinquência e uso de drogas em adolescentes, tem levado a um interesse crescente e a um aumento do financiamento para programas extracurriculares em alguns países, nomeadamente no que ao Desporto Escolar concerne, tornando-se então necessário avaliar se estes programas promovem efetivamente um desenvolvimento positivo nestes jovens (Fraser-Thomas, Côté, & Deakin, 2005). No senso comum, encontramos também discursos que reiteram a relevância da participação desportiva como elemento desencorajador de comportamentos delinquentes (Fraser-Thomas, Côté, & Deakin, 2005). Isto significa que é considerado pela sociedade, de uma forma geral, que a prática de Desporto Escolar se assume como protetora e previne a incidência de comportamentos desviantes. No entanto, as evidências que procuram uma ligação entre a participação desportiva e a Delinquência Juvenil é mista (Gardner, Roth, & Brooks-Gunn, 2011), pois embora os jovens que praticam desporto apresentem, muitas vezes, melhores resultados académicos e funcionamento psicológico mais ajustado a curto e a longo-prazo, há estudos que revelam que os jovens podem também apresentar mais problemas de comportamento (Darling, Caldwell, & Smith, 2005).

Zamanian, Zamani, Forouzandeh e Haghghi (2012) consideram o Desporto Escolar como um fator protetor, afirmando que este pode contribuir para a redução da Delinquência Juvenil de várias formas. Primeiro, porque promove mudanças comportamentais, aumento da autoestima e do controlo individual, a aceitação da disciplina e a socialização. Segundo, porque permite ocupar o tempo do jovem, podendo contribuir para que este despenda o seu tempo num contexto que desenvolve competências e comportamentos adequados e não em meios que disponibilizem oportunidades de atos delinquentes. Além disso, os jovens que praticam desporto tendem a internalizar as normas e valores que são geralmente consistentes com as normas socialmente aceites (Zamanian, Zamani, Forouzandeh, & Haghghi, 2012). Também Santos (2000) considera que o Desporto Escolar, quando adequadamente desenvolvido, pode promover inúmeras competências, tais como a autoestima, a capacidade de autocontrolo, a cooperação, a

coesão, o trabalho de equipa, entre outras, proporcionando uma adequada adaptação e integração e, conseqüentemente, permitindo uma mais facilitada compreensão e atuação no contexto. No mesmo sentido, um estudo de Varela (2010) que procurava compreender as percepções de alunos acerca do impacto do Desporto Escolar no sucesso escolar a vários níveis, concluiu que, de uma forma global, os alunos consideram que o Desporto Escolar pode ser considerado um fator protetor de trajetórias menos adequadas, bem como um potenciador do sucesso escolar a vários níveis.

Contrariamente a esta ideia, alguns investigadores identificaram relações entre jovens que praticam desporto e comportamentos delinquentes, conduzindo à ideia de que o desporto pode realmente facilitar o desvio. Num estudo longitudinal na Nova Zelândia, Begg e colaboradores (1996, cit in Miller, Melnick, Barnes, Sabo, & Farrell, 2007) descobriram que a atividade desportiva estava associada ao aumento da probabilidade de uma série de comportamentos delinquentes. Também no estudo de Faulkner, Adlaf, Irving, Allison, Dwyer e Goodman (2007), foi encontrada esta correlação positiva, mas apenas em adolescentes do sexo masculino. Neste estudo considerou-se como potenciais fatores explicativos desta correlação o facto de o desporto proporcionar ambientes onde a violência, os confrontos e o uso de substâncias são banalizados e frequentes (Crabbe, 2000), pelo que estes autores consideram que a atividade física pode não ser um fator protetor da Delinquência Juvenil, orientado para a redução da Delinquência Juvenil.

Considerando a falta de congruência entre os vários autores e dados empíricos, revela-se então essencial um conhecimento mais aprofundado desta questão. É nesse sentido que o presente estudo foi desenvolvido, procurando uma maior compreensão do papel do desporto escolar enquanto fator protetor ou fator de risco para a Delinquência Juvenil.

CAPÍTULO 2 – ESTUDOS EMPÍRICOS

1. Objetivos e Fundamentação do Método

Esta investigação está inserida num projeto mais abrangente, o *Project MERLINO – Towards a juvenile delinquency prevention policy: a multi-state experiment on integration and efficacy*, financiado pela Comissão Europeia. A investigação que se apresenta terá como principal objetivo compreender o papel do Desporto Escolar enquanto fator protetor ou fator de risco para a Delinquência Juvenil e compreenderá dois estudos empíricos. No primeiro, de natureza quantitativa, procurou-se (i) compreender a relação existente entre a prática de Desporto Escolar pelos jovens e a incidência de comportamentos de Delinquência Juvenil. No segundo estudo, de cariz qualitativo, procurou-se (ii) explorar a perceção dos professores do Desporto Escolar acerca do impacto deste na vida dos jovens; (iii) explorar a perceção dos professores do Desporto Escolar acerca da Delinquência Juvenil no contexto escolar; (iv) explorar a perceção dos professores do Desporto Escolar acerca do papel deste enquanto fator de proteção ou fator de risco para a Delinquência Juvenil.

A opção por uma lógica mista de investigação, utilizando uma metodologia quantitativa e qualitativa, deve-se fundamentalmente ao facto de ser considerada a melhor forma de cumprir os objetivos específicos propostos pela investigação. Apesar de serem poucos os estudos que abordam esta lógica de investigação, são coerentes as vantagens realçadas. Hinton (2004) refere que a combinação das metodologias quantitativa e qualitativa é a que, no final, irá fornecer o pleno conhecimento sobre as questões e objetivos de pesquisa. Além disso, Trafimow (2014) refere que há muitas vantagens a retirar nesta abordagem, pois esta considera os métodos e objetivos das duas metodologias, ultrapassando as limitações observadas em cada uma destas.

Neste sentido, com a metodologia qualitativa, procurou-se acima de tudo compreender o fenómeno através da forma como os participantes o vêem e interpretam dentro do seu meio social (Denzin & Lincoln, 2011). Wiersma e Jurs (2009, cit in Arghode, 2012) acrescentam ainda que na investigação qualitativa é a perceção dos participantes que é importante e, dentro do possível, com o objetivo de obter uma “medida” precisa da realidade. O paradigma interpretativo, que é a base da investigação qualitativa, tem como pressuposto a existência de múltiplas realidades que são socialmente definidas (Firestone, 1987) e procura explicar a construção do conhecimento e não apenas se o conhecimento é construído ou não, permitindo a construção de uma base para investigações futuras (Arghode, 2012), o que se revela pertinente, considerando o facto da temática presente neste estudo ser recente e ainda pouco estudada. Procura-se, assim, atingir a globalidade e compreensão deste fenómeno, ou seja, um enfoque de cariz indutivo, holístico e ideográfico (Almeida & Freire, 2008).

Por outro lado, com a metodologia quantitativa procurou-se perceber a existência ou ausência de relação entre duas variáveis, de uma forma objetiva, e não através do olhar/percepção dos participantes. Segundo Firestone (1987), os investigadores quantitativos têm como objetivo explicar as causas da mudança em factos sociais através de, primariamente, medidas objetivas e análises quantitativas. Procurou-se, assim, quantificar a resposta dos participantes e, posteriormente, interpretá-las de modo a retirar conclusões (Arghode, 2012).

De modo a tornar mais compreensível as características metodológicas distintas que diferenciam os estudos que compõem a investigação apresentada, a secção referente à metodologia encontra-se dividida em dois grupos: Estudo Quantitativo e Estudo Qualitativo.

2. Estudo Quantitativo

2.1. Questão de Investigação

Com o intuito de cumprir o objetivo a que o estudo quantitativo se propõe, e considerando que não há consenso entre a literatura no que concerne ao impacto do Desporto Escolar enquanto fator de risco ou fator de proteção para a Delinquência Juvenil, procurou-se dar resposta à seguinte questão de investigação:

- 1) Qual a relação entre a prática do Desporto Escolar e a incidência de comportamentos delinquentes e comportamentos desviantes?

2.2. Metodologia

2.2.1. Amostra

A amostra deste estudo é constituída por 286 alunos que frequentam escolas públicas do Porto (91,7%) e de Setúbal (8,7%). A idade dos participantes varia entre os 14 e os 17 anos de idade. No total, 97 destes frequentam o 9º ano de escolaridade (33,9%), 87 frequentam o 10º ano (30,4%), 56 frequentam o 11º ano (19,6%) e os restantes 46 frequentam o 12º ano de escolaridade (16,1%), em escolas TEIP (Territórios Educativos de Intervenção Prioritária) (N = 99; 34,6%) e escolas que não correspondem a esta tipologia (N = 187; 65,4%). Importa ainda referir que 187 dos jovens que fazem parte desta amostra são do sexo feminino (65,4%) e 96 do sexo masculino (33,6%). No que concerne às retenções de ano, 81,8% dos jovens não apresentam nenhuma retenção de ano, 13,6% apresentam uma retenção e 3,5% apresentam duas retenções de ano.

Desta amostra, 83 alunos (29,3%) praticam Desporto Escolar, salientando-se a prática de duas modalidades coletivas: o futebol, praticado por 21 jovens (32,8%) e o basquetebol,

praticado por 12 jovens (18,8%), sendo que ainda 3 jovens conjugam estas modalidades com outras, em simultâneo (4,7%).

2.2.2 Instrumento

Para a realização deste estudo foi utilizado o questionário *MERLINO*. Uma vez desenvolvido no âmbito de um projeto europeu realizado em parceria com diferentes países, o questionário *MERLINO* é produto de um trabalho comum entre estes parceiros. A versão original foi traduzida para a língua portuguesa, tendo sido alvo de algumas adaptações à população portuguesa. A versão portuguesa do questionário *MERLINO* (Matos, Veríssimo, Soares, Carvalho, Cunha & Moreno, 2013) abarcou a introdução de novos itens (*e.g.*, crenças e tolerância face à violência; descrição da zona habitacional) para dar resposta aos objetivos específicos do Projeto *MERLINO*, delineados pela equipa portuguesa. O processo de adaptação incluiu igualmente uma reflexão falada junto de sete jovens entre os 14 e 17 anos, em que foram discutidos diversos itens do questionário *MERLINO*. Esta reflexão garantiu que a tradução dos itens existentes e que a redação dos novos itens fossem ajustadas à faixa etária em questão.

O questionário *MERLINO* pretende conhecer e compreender atitudes e comportamentos de jovens, inferindo sobre potenciais fatores de risco e de proteção relativamente à Delinquência Juvenil, sendo composto por sete partes distintas, descritas e explicadas na tabela 1.

Tabela 1. Tópicos do questionário *MERLINO*

| | |
|--|--|
| <p>Parte 1 – Dados sociodemográficos e vivências pessoais</p> | <ul style="list-style-type: none"> • Dados sociodemográficos do jovem (<i>e.g.</i>, sexo, data de nascimento, país onde nasceu); • Funcionamento psicológico e interpessoal, isto é, questões sobre as suas características e reações, bem como sobre a forma como se vê e se relaciona (<i>e.g.</i>, “quando ficas zangado o que costumavas fazer?”, “na tua vida quais são as tuas principais preocupações?”). |
| <p>Parte 2 – Dados sobre a família e pessoas com que o jovem vive</p> | <ul style="list-style-type: none"> • Caracterização do núcleo familiar do jovem: pessoas com quem o jovem vive; número de irmãos e respetivas idades; • Dados sociodemográficos dos pais (mãe e pai): país onde nasceram, habilitações literárias, situação profissional atual, estado civil; • Medidas disciplinares adotadas pelos pais. |
| <p>Parte 3 – Tempos livres</p> | <ul style="list-style-type: none"> • Frequência e qualidade de tempo despendido com familiares, amigos e outros significativos; • Participação, ou não, no Desporto Escolar e modalidade |

| | |
|--|--|
| | <p>praticada;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Atividades que o jovem realiza nos seus tempos livres (<i>e.g.</i>, locais, estilos de música preferidos, tempo despendido em atividades como passear, ouvir música, entre outras). |
| Parte 4 – Opinião dos jovens face a diferentes assuntos | <ul style="list-style-type: none"> • Opinião dos jovens sobre alguns assuntos, especificamente sobre assuntos de caráter social e fraturante (<i>e.g.</i>, imigração, pena de morte); • Tolerância e aceitação face ao recurso à agressão e violência. |
| Parte 5 – Experiência de vitimação | <ul style="list-style-type: none"> • Experiências de vitimação que podem ter acontecido na vida do jovem, nos últimos 12 meses (<i>e.g.</i>, roubos sofridos, violência no namoro); • Pessoas de confiança/suporte (<i>e.g.</i>, amigos, professores, pais). |
| Parte 6 – Atividades desviantes e ilícitas do jovem | <ul style="list-style-type: none"> • Conduta desviante e criminal do jovem (<i>e.g.</i>, consumos de substância psicoativas, comportamentos delinquentes exibidos nos últimos 12 meses e há mais de um ano); • Conduta desviante e criminal do grupo de pares do jovem (<i>e.g.</i>, consumos de drogas e comportamentos criminais por parte do grupo de pares). |
| Parte 7 – Contactos com a justiça | <ul style="list-style-type: none"> • História criminal da família de origem; • Contactos com entidades policiais e de Justiça por parte do jovem; • Medidas tutelares educativas aplicadas, caso tenham sido aplicadas. |

Deste questionário, e de forma a cumprir os objetivos do estudo, foram retiradas três variáveis: (i) a prática, ou não, do Desporto Escolar (Parte 3 – Tempos livres); (ii) o consumo de substâncias, em que era pedido ao jovem que, através de uma lista de substâncias (*e.g.*, tabaco, cerveja, haxixe, cocaína, ...) indicasse se nunca as consumiu, se já consumiu mas não consome atualmente ou se consome atualmente, indicando a idade do primeiro consumo e o número de consumos no último mês (Parte 6 – Atividades desviantes e ilícitas do jovem); e (iii) os comportamentos delinquentes, em que era pedido ao jovem que, através de uma lista de comportamentos delinquentes (*e.g.*, roubar uma loja, andar com uma arma, conduzir sem carta de condução, ...) indicasse se já os tinha praticado indicando, nesse caso, o número de vezes que o praticou há mais de um ano e nos últimos 12 meses (Parte 6 – Atividades desviantes e ilícitas do jovem).

2.2.3. Procedimentos de Recolha e Tratamento de Dados

Previamente à recolha dos dados foi realizado o pedido de aplicação dos questionários à Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPD). Posteriormente, foi também pedida respetiva autorização ao MIME (Monitorização de Inquéritos em Meio Escolar) para a aplicação destes em contexto escolar. Tendo em conta que os dados foram recolhidos junto de jovens entre os 14 e os 17 anos, foi solicitado o consentimento informado aos pais, entregue pela escola, que contemplava a instituição onde o estudo será desenvolvido, os objetivos do mesmo, uma descrição do processo de recolha de dados, a garantia do anonimato e confidencialidade dos dados e o contacto do investigador. Posteriormente, os alunos que entregaram o consentimento assinado preencheram, então, o questionário *MERLINO*, tendo a recolha de dados sido realizada entre os meses de fevereiro e maio de 2014. O questionário foi aplicado no contexto escolar dos jovens, em turma e de forma coletiva, tendo a presença do respetivo Diretor de Turma.

Com o recurso ao *software* aplicativo SPSS 19 (*Statistical Package for the Social Sciences*) utilizaram-se duas amostras independentes – jovens que praticam Desporto Escolar e jovens que não praticam Desporto Escolar, com o objetivo de as comparar no que concerne à prática de comportamentos delinquentes e desviantes. Neste sentido, foram usadas as três variáveis apresentadas anteriormente, tendo como objetivo compreender se tais consumos de substâncias e comportamentos delinquentes existiam. Para isso, foi realizada uma recodificação destas variáveis contínuas, passando a considerá-las como nominais.

2.3. Resultados

Para avaliar as diferenças entre os jovens que praticam Desporto Escolar e os que não praticam Desporto Escolar, a nível da incidência de comportamentos delinquentes (*e.g.*, roubar, levar objetos de alguém), consideramos a distribuição destes comportamentos pelos diferentes grupos amostrais, tendo em conta dois momentos distintos (*i.e.*, há mais de um ano e nos últimos 12 meses). Assim, seguindo o questionário *MERLINO*, em primeiro lugar, apresentamos os resultados obtidos no que concerne ao período de há mais de um ano, expondo, em segundo lugar, os resultados para a perpetração de comportamentos delinquentes nos últimos 12 meses. Em ambos os casos, recorreremos ao teste do Qui-Quadrado.

Tabela 2. Diferenças entre alunos que frequentam o desporto escolar e que não frequentam o desporto escolar, a nível da incidência de comportamentos delinquentes, no período de há mais de um ano

| | Alunos que praticam desporto | Alunos que não praticam desporto escolar | X^2 | <i>p value</i> |
|-----------------------------|------------------------------|--|-------|----------------|
| Comportamentos delinquentes | N | N | | |

| | | | | |
|--|---|----|------|------|
| Já roubei alguma coisa numa loja. | 3 | 18 | 2.60 | .13 |
| Já levei dinheiro ou outros objetos, na escola, que não me pertenciam. | 0 | 6 | 2.60 | .18 |
| Já levei dinheiro ou outros objetos de alguém. | 1 | 4 | 0.23 | 1.00 |
| Já andei com uma faca ou uma arma. | 7 | 7 | 2.89 | .13 |
| Já destruí intencionalmente um objeto que não me pertencia. | 5 | 9 | 0.25 | .56 |
| Já vendi ou ajudei alguém a vender drogas. | 2 | 8 | 0.47 | .72 |
| Já magoei fisicamente alguém, de forma intencional. | 6 | 28 | 2.71 | .11 |
| Já roubei um carro ou uma moto. | 1 | 1 | 0.39 | .50 |
| Já conduzi um carro ou uma moto roubada. | 0 | 1 | 0.42 | 1.0 |
| Já conduzi um carro ou uma moto sem carta de condução. | 6 | 15 | 0.01 | 1.0 |
| Já entrei num edifício com o objetivo de roubar um objeto. | 0 | 2 | 0.85 | 1.0 |

Consultando a tabela 2, compreendemos que, à exceção dos itens “já andei com uma faca ou com uma arma” e “já roubei um carro ou uma moto” que apresentam igual número de participantes a reportar ter cometido tais comportamentos delinquentes, em todos os restantes itens verificamos que os jovens que não praticam Desporto Escolar tendem a admitir mais frequentemente ter cometido atos delinquentes, comparativamente a jovens inseridos no Desporto Escolar. Esta diferença é especialmente notória no item que remete para o roubo em loja, em que apenas três alunos que praticam desporto escolar reportam este comportamento, comparativamente a 18 alunos não praticantes de Desporto Escolar. De igual modo, no item “já magoei alguém fisicamente, de forma intencional” uma diferença clara surge, com 28 alunos que não praticam Desporto Escolar a admitirem ter efetuado este comportamento pelo menos uma vez, no período de há mais de um ano, face a seis jovens que praticam Desporto Escolar. Contudo, estas diferenças não se mostram estatisticamente significativas.

Tabela 3. Diferenças entre alunos que frequentam o desporto escolar e que não frequentam o desporto escolar, a nível da incidência de comportamentos delinquentes, no período dos últimos 12 meses

| Comportamentos delinquentes | Alunos que praticam desporto | Alunos que não praticam desporto escolar | X^2 | <i>pvalue</i> |
|--|------------------------------|--|-------|---------------|
| | <i>N</i> | <i>n</i> | | |
| Já roubei alguma coisa numa loja. | 3 | 17 | 2.24 | .20 |
| Já levei dinheiro ou outros objetos, na escola, que não me pertenciam. | 0 | 4 | 1.72 | .32 |
| Já levei dinheiro ou outros objetos de alguém. | 1 | 4 | 0.23 | 1.0 |
| Já andei com uma faca ou uma arma. | 5 | 7 | 0.85 | .34 |
| Já destruí intencionalmente um objeto que não me pertencia. | 7 | 8 | 2.17 | .15 |
| Já vendi ou ajudei alguém a vender drogas. | 3 | 8 | 0.03 | 1.0 |
| Já magoei fisicamente alguém, de forma intencional. | 7 | 24 | 0.86 | .41 |
| Já roubei um carro ou uma moto. | 1 | 1 | 0.39 | .50 |
| Já conduzi um carro ou uma mota roubada. | 0 | 1 | 0.42 | 1.00 |
| Já conduzi um carro ou uma mota sem carta de condução. | 7 | 14 | 0.14 | .80 |
| Já entrei num edifício com o objetivo de roubar um objeto. | 0 | 2 | 0.85 | 1.0 |

Por seu turno, nos últimos 12 meses, encontramos resultados semelhantes em termos da adoção de comportamentos delinquentes pelos diferentes grupos amostrais. Tal como ilustrado na tabela 3, a maior discrepância em termos de frequência de comportamentos delinquentes surge novamente associada aos itens “já roubei alguma coisa numa loja” e “já magoei fisicamente alguém, de forma intencional”. Em relação ao primeiro, 17 jovens que não praticam Desporto Escolar dizem já ter roubado algo numa loja, em comparação com apenas três jovens praticantes de Desporto Escolar. Relativamente ao segundo item, encontramos somente sete jovens inseridos em contexto de Desporto Escolar a mencionarem terem magoado alguém de

forma intencional, comparativamente a 24 alunos não praticantes de Desporto Escolar. Mais uma vez, estas diferenças não se mostram estatisticamente significativas.

Tabela 4. Diferenças entre alunos que frequentam o desporto escolar e que não frequentam o desporto escolar, a nível da incidência de comportamentos desviantes – consumo de drogas

| Drogas Consumidas | | Alunos que praticam desporto | Alunos que não praticam desporto escolar | X^2 | <i>pvalue</i> |
|--|--------------------|------------------------------|--|-------|---------------|
| | | <i>n</i> | <i>n</i> | | |
| Tabaco | Nunca consumiu | 53 | 117 | 1.80 | .40 |
| | Sem consumo atual. | 16 | 52 | | |
| | Consome atualmente | 14 | 27 | | |
| Cerveja, vinho | Nunca consumiu | 43 | 117 | 2.48 | .28 |
| | Sem consumo atual. | 26 | 57 | | |
| | Consome atualmente | 14 | 21 | | |
| Bebidas fortes (shots, bebidas brancas) | Nunca consumiu | 42 | 202 | 0.02 | .99 |
| | Sem consumo atual. | 22 | 51 | | |
| | Consome atualmente | 18 | 42 | | |
| Haxixe, Marijuana ou Erva | Nunca consumiu | 75 | 174 | 0.28 | .87 |
| | Sem consumo atual. | 7 | 18 | | |
| | Consome atualmente | 1 | 4 | | |
| LSD | Nunca consumiu | 80 | 187 | 0.11 | 0.94 |
| | Sem consumo atual. | 2 | 6 | | |
| | Consome atualmente | 1 | 2 | | |
| Ecstasy ou Speeds | Nunca consumiu | 80 | 187 | 1.93 | .38 |
| | Sem consumo | 1 | 7 | | |

| | | | | | |
|----------------|--------------------|----|-----|------|------|
| | atual. | | | | |
| | Consome atualmente | 2 | 2 | | |
| | Nunca consumiu | 79 | 189 | | |
| Cocaína | Sem consumo atual. | 1 | 5 | 1.28 | 0.52 |
| | Consome atualmente | 2 | 2 | | |
| | Nunca consumiu | 80 | 188 | | |
| Heroína | Sem consumo atual. | 1 | 5 | 1.27 | 0.52 |
| | Consome atualmente | 2 | 2 | | |

Sabendo que os comportamentos tidos como delinquentes podem, não raras vezes, associar-se a outros comportamentos desviantes, como o consumo de drogas, e não existindo diferenças entre os grupos amostrais em termos da adoção de comportamentos delinquentes, tomou-se como relevante a análise mais aprofundada entre o desporto escolar e o consumo de substâncias. A tabela 4 apresenta os resultados obtidos a nível do consumo de substâncias pelos diferentes grupos amostrais. Quando consumidas na atualidade, salientamos que substâncias como o tabaco e álcool (bem como o haxixe ou marijuana e LSD, apesar do consumo quase residual em ambos os grupos amostrais) são reportadas de forma mais frequente a alunos não inseridos no Desporto Escolar, que afirmam, comparativamente aos jovens inseridos em Desporto Escolar, consumi-las de forma mais frequente. Tal como nos pontos anteriores, estas diferenças não se assumem como estatisticamente significativas.

3. Estudo Qualitativo

3.1. Questões de Investigação

O segundo estudo, de natureza qualitativa, pretende dar resposta às seguintes questões de investigação:

- 1) Qual a perceção dos professores do Desporto Escolar acerca do impacto deste na vida dos jovens?
- 2) Qual a perceção dos professores do Desporto Escolar acerca da Delinquência Juvenil no contexto escolar?
- 3) Qual a perceção dos professores do Desporto Escolar acerca do papel deste enquanto fator de risco ou fator de proteção da Delinquência Juvenil?

3.2. Metodologia

3.2.1. Participantes

A amostragem em investigação qualitativa tem como objetivo selecionar participantes que constituam bons informantes privilegiados, pelo seu potencial de fornecer dados sobre o fenómeno em estudo. Assim, a amostra na investigação qualitativa é intencional, não sendo os participantes escolhidos ao acaso, mas sim a partir de critérios específicos (Aires, 2011). Neste estudo, os participantes são seis Professores Coordenadores do Desporto Escolar, selecionados de Escolas da Direção Regional Norte.

Assumindo uma estratégia de garantia de variabilidade da experiência (Matos, Vieira, Almeida, Rodrigues & Rodrigues, 2013), os seis professores selecionados trabalham em diferentes estabelecimentos de ensino e são, quer do sexo feminino (33%), quer do sexo masculino (67%). Foram ainda considerados professores de escolas TEIP e escolas que não se inserem nesta tipologia, e professores que trabalham no setor privado (17%) e setor público (83%).

3.2.2. Instrumento

O instrumento utilizado neste estudo consistiu num guião de entrevista semiestruturado (anexo 1), criado pelo investigador. Para a construção deste procurou-se atentar a alguns parâmetros que a literatura identifica como relevantes, nomeadamente os objetivos do instrumento a construir, a população a que este se destinam, as características ou dimensões a avaliar (constructo) e os aspetos comportamentais a integrar que explicitam este mesmo constructo (Almeida & Freire, 2008).

A entrevista é um dos métodos mais usados na investigação qualitativa (Arghode, 2012), sendo também dos mais importantes no estudo e compreensão do ser humano. A entrevista revela-se como um instrumento que permite a reconstrução das experiências por parte dos sujeitos, conferindo uma certa objetividade ao que num primeiro momento pode parecer subjetivo e, portanto, intransmissível (Aires, 2011).

O guião em causa é composto por três secções: (i) Desporto Escolar, no qual se exploram questões como a contextualização do Desporto Escolar, a importância deste e o seu impacto na vida dos jovens; (ii) Delinquência Juvenil, onde se exploram comportamentos de delinquência no contexto escolar em causa; e (iii) Impacto do Desporto Escolar na Delinquência Juvenil, no qual se procura explorar a perceção do participante acerca da relação entre o Desporto Escolar e a Delinquência Juvenil e o papel deste enquanto fator de risco ou proteção.

3.2.3. Procedimentos de Recolha e Tratamento de Dados

Como anteriormente referido, os dados foram recolhidos junto de Professores Coordenadores de Desporto Escolar, tendo todos estes assinado um consentimento informado (anexo 2).

Após um primeiro contacto com os participantes, por e-mail ou telefone, em que se explicavam os principais objetivos do estudo e se explorava o interesse e a disponibilidade dos mesmos para participar e para autorizar a gravação da entrevista, foi combinada uma data e hora para a sua realização. As entrevistas foram realizadas presencialmente, num local da conveniência dos participantes desde que reunidas as condições adequadas.

As entrevistas tiveram a duração média de 45 minutos, tendo sido todas realizadas pelo mesmo membro da equipa de investigação.

Após a realização das entrevistas, estas foram integralmente transcritas, passando assim de formato áudio para formato escrito. De seguida, procedeu-se à leitura integral destas, de modo a realizar uma primeira análise do conteúdo do discurso, bem como a identificação de tendências e padrões relevantes neste, sendo este um passo comum nos procedimentos de análise qualitativa (Ritchie & Lewis, 2003). Posteriormente, foram trabalhadas com base num processo de análise semi-indutivo e com recurso ao NVivo 9.0, um *software* de análise qualitativa que permite a codificação de entrevistas e outros tipos de dados.

A análise do conteúdo no presente estudo foi sendo constantemente elaborada, em simultâneo com a leitura dos dados (Maroy, 1997) e tendo ainda por base os conhecimentos adquiridos através da revisão bibliográfica anteriormente realizada no âmbito do estudo, procurando assim constituir-se como um processo de construção de significado (Teixeira, 2003).

Foram criadas previamente três categorias principais correspondentes às grandes temáticas a abordar neste estudo e de forma a dar resposta às questões de investigação previamente definidas: (i) Desporto Escolar; (ii) Delinquência Juvenil; e (iii) Impacto do Desporto Escolar na Delinquência Juvenil. À medida que os dados foram analisados, foram criadas indutivamente subcategorias que melhor traduzissem os discursos dos participantes.

3.3. Resultados

Nesta secção apresentam-se as três categorias principais criadas previamente, assim como as subcategorias criadas indutivamente a partir da leitura e análise dos discursos dos Professores Coordenadores do Desporto Escolar (ver Tabela 5). De forma a permitir uma análise mais aprofundada dos resultados, irão sendo apresentados excertos das entrevistas, indicando o código do participante a que cada excerto se refere.

Tabela 5. Síntese do sistema de categorias

| <u>CATEGORIAS</u> | <u>SUBCATEGORIAS</u> | | |
|---|---|---|--------------------|
| 1. Desporto Escolar | 1.1. Funcionamento do Desporto Escolar | 1.1.1. Adesão | |
| | | 1.1.2. Modalidades | |
| | 1.2. Significados e experiência pessoal no Desporto Escolar | | |
| | | 1.3.1. Tem impacto a nível pessoal | |
| | | 1.3.2. Tem impacto a nível social | |
| | 1.3. Impacto na vida dos jovens | 1.3.3. Tem impacto a nível escolar | |
| | | 1.3.4. Tem impacto a nível familiar | |
| | 2. Delinquência Juvenil | 2.1. Existência no contexto | 2.1.1. Existe |
| | | | 2.1.2. Não existe |
| | | 2.2. Frequência no contexto | 2.2.1. É frequente |
| | | 2.2.2. Não é frequente | |
| | | 2.3.1. Consumo de álcool ou drogas | |
| 2.3. Tipo de comportamento delinquente | | 2.3.2. Agressão física ou psicológica | |
| | | 2.3.3. <i>Bullying</i> | |
| | | 2.3.4. Roubos ou furtos | |
| | | 2.3.5. Destruição de espaços ou objetivos | |
| | | 2.4. Diferenças em relação a outros contextos | |
| 3. Impacto do Desporto Escolar na Delinquência Juvenil | 3.1. Desporto Escolar enquanto fator protetor da Delinquência Juvenil | | |
| | 3.2. Desporto Escolar enquanto fator de risco para a Delinquência Juvenil | | |

1. Desporto Escolar

Nesta categoria foram codificadas as perceções dos participantes em relação ao Desporto Escolar nos seus contextos, ao nível do funcionamento, experiência e percepção acerca do seu impacto.

1.1. Funcionamento do Desporto Escolar

Através da exploração do funcionamento do Desporto Escolar nos respetivos contextos de trabalho dos participantes, foi perceptível a existência de uma grande variedade de modalidades desportivas, sendo destacadas várias modalidades individuais como o Badminton, o Ténis, o *Golf*, o *Surf*, o *Bodyboard*, a Ginástica, a Natação, o Judo e a Esgrima. Por sua vez, também são indicadas algumas modalidades coletivas como o Futsal, o Basquetebol, a Dança, o Voleibol, o Corfebol e as Multiatividades ao Ar Livre.

Foi possível ainda explorar o nível de adesão e participação dos alunos, sendo que quatro participantes salientam uma adesão bastante significativa dos alunos ao Desporto Escolar (*“A adesão é boa... sempre foi boa.”* – E4), o que inclusive traz, por vezes, algumas dificuldades de gestão à escola (*“Temos muita gente envolvida, tanto é que ao fim-de-semana um dos nossos problemas é o transporte das equipas.”* – E4). Contudo, dois participantes afirmam que, no seu contexto, a adesão não é assim tão positiva, não sendo o Desporto Escolar uma prioridade nas atividades frequentadas pelos alunos (*“Embora nesta escola não haja uma grande tradição nem uma grande adesão ao Desporto Escolar.”* – E2).

1.2. Significados e experiência pessoal no Desporto Escolar

Nesta subcategoria foi perceptível uma grande variedade de significados atribuídos ao Desporto Escolar, bem como uma rica diversidade de experiências. Para três participantes, destaca-se como grande fator de motivação o convívio e a relação que o Desporto Escolar permite estabelecer com os alunos (*“Aquilo que eu mais gosto é, efetivamente... devo reconhecer isso... é o convívio! O convívio e a relação com os alunos.”* – E1; *“No fundo, o que eu mais gosto é o contacto com eles... é o perceber que eles estão a gostar disto.”* – E5), bem como entre estes com outras realidades e com alunos de outras turmas, escolas ou até regiões (*“O que eu mais gosto no Desporto Escolar é um bocado isto. É abrir... digamos assim... a oferta e o potencial dentro da escola para outras realidades que os alunos... não tem oportunidade de fazer fora da escola.”* – E4).

É ainda referida por dois participantes a experiência de competição, que se revela como essencial no desenvolvimento dos alunos a vários níveis (*“O que eu valorizo, de facto, é que elas consigam perceber o espírito de grupo... que possam experienciar a competição... que vivam a competição de uma forma diferente, porque são contra desconhecidos... não é aqui na*

escola contra as turmas que eles conhecem.” – E6; “Elas sabem que é um fator que valorizo, para poder também exigir delas essa pontualidade e essa assiduidade que eu pretendo” – E6).

Contudo, um participante destacou uma componente menos positiva na experiência como Coordenador Responsável pelo Desporto Escolar (*“O Desporto Escolar foi uma coisa que... que a nós professores é-nos impingida, digamos assim.” – E3).*

1.3. Impacto na vida dos jovens

Na compreensão do impacto que o Desporto Escolar pode ter na vida dos jovens aos mais variados níveis, é dada uma ênfase substancial ao impacto a nível pessoal, onde se destacam melhorias significativas ao nível da responsabilidade (*“A área da responsabilização... o chegar a horas, não faltar, vir aos treinos e essas coisas todas... isso é muito importante!” – E4; “Isto é um compromisso que elas assumem e portanto tentei que elas percebessem que, de facto, o registo diário de assiduidade aos treinos era uma coisa que eu levava a sério... e elas passaram a levar também.” – E6.*) e de educação ao nível das atitudes e comportamentos, de forma geral, referidas por três participantes (*“O Desporto Escolar tem potencialidades nitidamente formativas, mas também corretivas de comportamentos.” – E1).*

Outras componentes que, segundo dois participantes, são influenciadas positivamente com esta participação e envolvimento no Desporto Escolar são a autoestima (*“O que eu tive foram situações em que a autoestima das meninas era muito baixa e portanto achavam que não iam conseguir... e com o meu empenho, persistência e depois com a delas, também conseguiram resultados que não esperavam.” –E6*) e o capacidade de lidar com o stress e com a frustração (*“Pois, faz parte o eles aprenderem a saber perder... lidam melhor com o stress” – E5).*

Também é notório um impacto bastante positivo a nível social, de acordo com os participantes, destacando-se a promoção das relações interpessoais e a oportunidade de convívio com outras realidades (*“A valorização que o Desporto Escolar pode ter na vida deles, nomeadamente ao nível das relações interpessoais, porque... quer queiramos, quer não... obriga, e nomeadamente, um desporto coletivo, obriga à permanência num grupo, à interação com o grupo, aprendizagem de todas as regras sociais, de convivência, de fairplay, de cooperação...” – E6*), a maior facilidade de integração (*“O Desporto Escolar para eles é uma forma de escape e de integração na escola.” – E2*) e a oportunidade de conhecer novas realidades (*“O facto do Desporto Escolar ser para eles uma oportunidade de saírem, de conhecerem outros mundos, outras escolas, de se deslocarem, de... é estranho dizer isto em 2014, mas há miúdos que vêm ao Porto porque o Desporto Escolar os traz... porque se não ficavam confinados ao seu espaço geográfico da sua escola... ainda há muito na periferia, miúdos que dependem do Desporto Escolar e dependem das atividades da escola para saírem e o Desporto Escolar proporciona-lhes isso... competição externa, contacto com outras escolas,*

as deslocações, o irem visitar e irem jogar fora... isso para os miúdos é muito importante...” E2).

Por sua vez, é igualmente destacado um impacto a nível escolar, nomeadamente num rendimento escolar bastante satisfatório, destacado por dois participantes (*“O que eu noto é que os participantes no Desporto Escolar, de facto, aqueles que ficam... ficam e se mantêm, são alunos com bons resultados escolares.”* – E6), e na identificação com a escola e valorização desta (*“Primeiro que tudo acho que é uma forma de se identificarem com a escola.”* – E5).

Finalmente, e apesar de em menor escala, é salientado por um participante um impacto a nível familiar, referindo a ligação existente entre os pais dos alunos e o Desporto Escolar (*“O feedback que eu tenho é muito positivo, nomeadamente acompanham as filhas aos jogos, hum... os pais estão sempre aqui à espera delas às seis horas... vejo que estão aqui e que se interessam!”* – E6).

2. Delinquência Juvenil

Nesta categoria são incluídas as referências dos professores à Delinquência Juvenil nos contextos em que desenvolvem a sua atividade profissional. São referidas, em particular, a existência ou não de Delinquência Juvenil, a frequência com que se manifesta, os tipos de comportamentos delinquentes, bem como as diferenças em relação a outros contextos.

2.1. Existência no contexto

Nesta subcategoria foram observáveis realidades diferentes, no que concerne à existência ou não no contexto, com cinco participantes a revelarem que de facto os comportamentos delinquentes existem e estão presentes no seu contexto (*“No meu contexto, em específico, isso acontece digamos assim.”* – E1), alargando inclusive esta existência a todas as escolas (*“É evidente que sabemos que há em todas as escolas problemas desses.”* – E2).

Contudo, um participante afirmou que, apesar de deixar essa possibilidade em aberto, acredita que este fenómeno não existe no seu contexto de trabalho (*“Eu quero acreditar que ele não existe.”* – E3).

2.2. Frequência no contexto

No que concerne à frequência com que este fenómeno ocorre nos contextos, destacam-se dois participantes que afirmam que, de facto, é frequente (*“Na escola... nesta escola, este ano, foi demais mesmo...”* E6).

Por sua vez, destacam-se também afirmações que revelam que tais comportamentos não são frequentes no seu contexto (*“Aqui, neste contexto escolar, nós não temos esse tipo de problemáticas muito vincadas, não é?”* – E2; *“Mas não é uma coisa que acontece todos os dias.”* – E5).

2.3. Tipo de comportamento delinquente

Quando abordado o fenómeno da Delinquência Juvenil, e quando proposta a reflexão acerca de exemplos específicos que os participantes tenham presenciado nos seus contextos, surgiram vários tipos de comportamentos delinquentes, nomeadamente no que concerne ao consumo de álcool ou drogas (“... o consumo do álcool, das drogas...” – E1), agressão física ou psicológica (“Dois ou três alunos, também num grupo... utilizando um spray e um isqueiro, queimaram completamente o cabelo a outro, por exemplo.” – E1; “Passarem à agressão física dos órgãos genitais...” – E6), bullying (“Queixas de... enfim, de algum tipo de bullying.” – E2), roubos ou furtos (“Há mesmo algum tipo de delinquência com furtos e roubos...” – E2; “Relativamente aos furtos, de vez em quando há.” – E5) e também à destruição de espaços e objetos (“Esta escola é nova e tem neste momento os espaços físicos... alguns espaços físicos completamente estragados!” – E6).

2.4. Diferenças em relação a outros contextos

No que concerne, ainda dentro da temática da Delinquência Juvenil, às diferenças entre os contextos que coordenam, e as restantes escolas das quais têm conhecimento, quatro participantes consideram-nas bastante notáveis (“Não tem, de todo, o peso que tem noutras escolas” – E2). As diferenças apresentadas estão relacionadas, principalmente, com o meio social em que estão envolvidas (“É a tal história do meio social em que vivemos e em que a escola está inserida” – E2) e com o facto de o contexto ser público ou privado (“É assim... nós somos uma instituição privada, um colégio privado, que tem... que tem alguns custos... e alguns deles elevados relativamente à inscrição e admissão até dos próprios alunos, aqui no colégio. Logo o ambiente social que nós estamos aqui a falar... hum... acaba por ser um ambiente um bocadinho mais elitista, não é?” – E3).

3. Impacto do Desporto Escolar na Delinquência Juvenil

Esta categoria refere-se à codificação dos relatos em que os professores relacionam o Desporto Escolar, como fator protetor ou de risco, com a Delinquência Juvenil.

3.1. Desporto Escolar enquanto fator protetor da Delinquência Juvenil

Através da exploração da perceção dos Coordenadores do Desporto Escolar do impacto do Desporto Escolar na Delinquência Juvenil, destacam-se inúmeros excertos que realçam o seu papel enquanto fator protetor da mesma (“Eu vejo exatamente como um antídoto para o combate a essa violência e como escola de formação.”, “Prevenir, diminuir, hum... formar, conduzir, corrigir tipos de comportamentos, e nesse sentido sim!” – E1; “O Desporto Escolar

como uma ferramenta para ajudar a combater a Delinquência Juvenil faz todo o sentido... faz todo o sentido.” – E3).

As justificações dadas pelos participantes são as mais diversas, salientando-se essencialmente a existência de regras no Desporto Escolar de mais fácil aceitação por parte dos jovens, e que permitem uma transferência para os restantes contextos, permitindo um ajustamento do comportamento (*“E portanto aí, mais uma vez, o desporto tem essa potencialidade de... a existência de regras e eles respeitam-nas... eles sabem dessas regras e quando se falha eles são muito exigentes.”* – E1; *“... até porque as próprias regras do Desporto Escolar o impõem não é? Que é o comportamento social dos alunos, a correção ao nível das atitudes e dos valores...”* – E2;).

Também a influência do grupo de pares, nomeadamente da equipa do Desporto Escolar revela-se, segundo três participantes, como um fator protetor essencial (*“... respeitar os colegas, respeitar o árbitro... essas coisas são importantes e só... e que só se aprende jogando e estando integrado num registo de grupo... porque se eles se portam mal prejudicam a equipa não é?”* – E4; *“Pela experiência que já tive, que muitas vezes o facto de eles depois pertencerem àquele grupo e não sei quê, faz com que eles mudem de atitude.”* – E5), apostando claramente na lógica da integração num meio social favorável (*“Pode ter um grande papel na prevenção, na integração dos jovens... no afastá-los desse tipo de atividade...”* – E2). Este afastamento de um meio social propício à manifestação de comportamentos delinquentes é referido, igualmente, variadas vezes (*“... porque enquanto está a praticar desporto não está... não está a cometer as tais delinquências que poderia estar a fazer caso não estivesse nesse meio.”* – E3).

Por último, destaca-se ainda, segundo dois participantes, o facto do Desporto Escolar servir como uma forma mais adaptativa de canalizar potenciais emoções negativas ou frustrações (*“É uma maneira de canalizar ou de evitar todos esses problemas... o seu foco adicional para o Desporto Escolar e não para flagelos e problemas sociais, que infelizmente estamos fartos de presenciar e que acontecem no dia-a-dia.”* – E3).

3.1. Desporto Escolar enquanto fator de risco para a Delinquência Juvenil

Nesta subcategoria emergem excertos discursivos de três participantes, que consideram que o Desporto Escolar pode funcionar, por vezes, como um fator de risco para a Delinquência Juvenil, considerando o meio como propício à existência de situações de violência (*“Enfim, é evidente que podem criar-se situações, às vezes, em situações de competição que possam desencadear situações de violência e, às vezes, com alguma frequência.”* – E1). A justificação salientada pela totalidade dos participantes que consideram que este papel enquanto fator de risco pode fazer sentido, relaciona-se com o papel do treinador/professor e os seus objetivos (*“Agora isto acontece, lá está... quando o foco está virado para o resultado e não para...”*

propriamente o desenvolvimento dos alunos.”, “Ou então que tente enganar e ensine os alunos a ‘pá, se não consegues tenta ludibriar, enganar...” – E3).

CAPÍTULO 3 – DISCUSSÃO DE RESULTADOS

Os resultados obtidos no estudo de cariz quantitativo não são suficientemente esclarecedores, não sendo possível compreender a relação existente entre a prática do Desporto Escolar e a incidência de comportamentos delinquentes e desviantes. Contudo, apesar de o estudo quantitativo não evidenciar relação entre Delinquência Juvenil e Desporto Escolar, os resultados do estudo qualitativo mostram que os professores salientam um impacto positivo do Desporto Escolar a vários níveis, nomeadamente ao nível pessoal, social, escolar e familiar.

No que concerne à perceção acerca da Delinquência Juvenil no contexto escolar, a ideia de que o fenómeno da delinquência é prevalente parece surgir, sendo possível observar uma clara noção da existência deste fenómeno nos vários contextos em que os participantes se inserem, sendo que cinco dos seis participantes no estudo referiram ser uma problemática bem presente no seu local de trabalho. No que concerne à frequência com que este fenómeno ocorre, os resultados são bastante discrepantes, devido, principalmente, às diferenças inerentes ao meio social onde as suas escolas estão inseridas. Salientam-se ainda como os tipos de comportamentos delinquentes mais representados o consumo de álcool ou drogas, a agressão física ou psicológica, o *bullying*, os roubos ou furtos e a destruição de espaços ou objetos.

Por último, e no que respeita à perceção acerca do papel do Desporto Escolar enquanto fator de proteção ou fator de risco para a Delinquência Juvenil, os resultados são mistos, apesar de um elevado predomínio de excertos que o associam como fator protetor da incidência de comportamentos delinquentes.

Neste sentido, são discutidos neste capítulo, de forma mais aprofundada, os resultados obtidos nos dois estudos, procurando cumprir os quatro objetivos de investigação definidos previamente. Além de uma síntese que apresenta os resultados mais significativos para cada um dos objetivos da investigação, procura-se ainda relacionar os mesmos com o que tem vindo a ser evidenciado pela literatura acerca da temática. De modo a facilitar a leitura dos dados, a discussão de resultados organiza-se a partir dos quatro objetivos de investigação definidos, começando pelo objetivo do estudo quantitativo (objetivo i), seguindo-se os objetivos do estudo qualitativo (objetivos ii, iii e iv).

(i) **Compreender a relação existente entre a prática de Desporto Escolar pelos jovens e a incidência de comportamentos de Delinquência Juvenil**

Tal como apresentado nos resultados, não foi possível compreender a relação existente entre a prática do Desporto Escolar e a incidência de comportamentos delinquentes e desviantes, após as análises estatísticas realizadas. Neste sentido, não é possível afirmar que os jovens que praticam Desporto Escolar têm significativamente maior ou menor incidência de

comportamentos de Delinquência Juvenil, comparativamente aos jovens que não praticam Desporto Escolar, pois não se observa nenhum tipo de relação significativa, nem positiva nem negativa, entre os jovens inquiridos, praticantes de Desporto Escolar, e a prática de comportamentos delinquentes e desviantes. Contudo, é possível afirmar que os resultados se vão aproximando do nível de significância, o que leva a questionar a possibilidade de, com uma amostra mais alargada, se poder retirar conclusões mais significativas. Também a diferença existente entre o número de alunos que praticam Desporto Escolar, que é menor do que os alunos que não o praticam, pode ter sido um critério com influência nestes resultados pouco significativos.

(ii) **Explorar a perceção dos professores do Desporto Escolar acerca do impacto deste na vida dos jovens**

São vários os aspetos a salientar no que concerne ao impacto do Desporto Escolar na vida dos jovens, segundo a perceção dos participantes deste estudo.

Torna-se essencial, numa primeira instância, compreender o nível de adesão dos alunos a esta atividade extracurricular de cariz voluntário, que na grande maioria dos relatos dos participantes (N = 6) se revela como bastante positiva (*“Há uma adesão bastante grande de alunos”* – E6). Esta perceção dos participantes vai então de encontro aos números elevados que se identificam nas estatísticas nacionais, que apontam para uma participação significativa de crianças e jovens em diferentes modalidades de Desporto Escolar (Direção Geral da Educação, 2011).

Saura (1996, cit in Teixeira, 2007) afirma que o Desporto Escolar deve procurar promover nos alunos um desenvolvimento positivo a vários níveis como o fisiológico, o cognitivo, o afetivo, o motor e o social. É salientado em vários discursos dos participantes o cumprimento deste objetivo (*“A valorização que o Desporto Escolar pode ter na vida deles, nomeadamente ao nível das relações interpessoais, porque... quer queiramos, quer não... obriga, e nomeadamente, um desporto coletivo, obriga à permanência num grupo, à interação com o grupo, aprendizagem de todas as regras sociais, de convivência, de fairplay, de cooperação...”* – E6; *“A partilha, o estarem todos juntos, o convívio também é sempre interessante, mesmo os mais novos com os mais velhos...”* – E5). De facto, os participantes corroboram todas estas vantagens referidas pois, segundo a Direção de Geral da Educação (2013), pressupõe-se que o Desporto Escolar desenvolva potencialidades físicas e psicológicas, que contribuam na promoção do desenvolvimento global dos jovens, sendo um espaço privilegiado para fomentar hábitos saudáveis, competências sociais e valores morais, tais como a responsabilidade (*“torná-los responsáveis...”* E4), a disciplina (*“... o chegar a horas, não faltar...”* – E4) e o respeito (*“...respeitar os colegas, saber respeitar o árbitro...”* – E4). Esta

promoção de competências pessoais e sociais é facilitada, inclusivamente, através de uma melhor integração dos alunos na escola através da participação no Desporto Escolar (“*O Desporto Escolar para eles é uma forma de escape e de integração na escola.*” – E2), realçada por Freire (2010), que destaca igualmente a influência desta nos resultados académicos dos alunos, ideia também confirmada pelos participantes (“... *são alunos com bons resultados escolares.*” – E6). Por último, é ainda destacado algum impacto ao nível familiar, com os participantes a considerarem que o Desporto Escolar aproxima os pais dos filhos e, conseqüentemente, da escola (“... *acompanham as filhas aos jogos... estão sempre aqui à espera delas às seis horas... vejo que estão aqui e que se interessam!*” – E6).

Neste sentido, e fazendo uma discussão geral deste objetivo específico, é possível identificar um impacto bastante positivo a vários níveis, sendo que todos os participantes do estudo relatam fatores que são influenciados positivamente com esta participação, promovendo competências pessoais e sociais, contribuindo para um melhor desempenho escolar e, em certa parte, contribuindo para uma melhoria na dinâmica familiar.

(iii) Explorar a perceção dos professores do Desporto Escolar acerca da Delinquência Juvenil no contexto escolar

Após a análise detalhada dos relatos dos participantes deste estudo, foram notórias várias referências, no que concerne à temática da Delinquência Juvenil, Entre estas, podem destacar-se relatos relativos à existência deste fenómeno nos seus contextos de trabalho, à frequência com que esta se manifesta, bem como a vários tipos de comportamentos delinquentes, referindo por último quais consideram ser as principais diferenças entre o seu contexto e os restantes.

No que respeita à existência de comportamentos delinquentes nos seus locais de trabalho, apenas um dos participantes referiu acreditar que a mesma não esteja presente (“*Eu quero acreditar que ele não existe.*” – E3), sustentando essa crença com o facto de coordenar o Desporto Escolar numa instituição privada, com um regime bastante diferente da grande maioria (“*Nem toda a gente pode entrar aqui no colégio... e a lista de espera é grande... por isso, o contexto é um bocadinho fora do normal, diferente das outras escolas.*” – E3). Quanto aos restantes, com maior ou menor frequência e intensidade, o fenómeno está presente nos seus contextos (“*No meu contexto, em específico, isso acontece digamos assim.*” – E1; “*Existe... claro que existe.*” – E2; “... *tem vindo sempre a aumentar... nesta escola, este ano, foi demais mesm!*” – E6) o que confirma a ideia apresentada por Velez (2010) que afirma que se tem verificado um aumento substancial de comportamentos delinquentes na escola. O mesmo autor refere ainda que este se trata de um problema complexo e multidimensional, prevendo uma tendência para um contínuo crescimento destas ocorrências, quer ao nível da frequência, quer da

intensidade, aspeto este também identificado no discurso de alguns participantes (*“Claro que é frequente dentro das escolas... hoje em dia há muito!”* – E4). Contudo, e tendo em conta a já referida opinião de um participante em relação à ausência desse fenómeno no seu contexto, também a frequência com que o mesmo se verifica não é coerente entre todos os participantes (*“Aqui, neste contexto escolar, nós não temos esse tipo de problemáticas muito vincadas, não é?”* – E2).

Estes discursos divergentes, no que concerne aos tópicos da existência e da frequência de episódios de Delinquência Juvenil no contexto escolar, estão relacionados com as várias diferenças identificadas entre os mesmos contextos pela totalidade dos participantes, que se prendem essencialmente, tal como referido anteriormente, com o meio social em que a escola se insere (*“É a tal história do meio social em que vivemos e em que a escola está inserida”* – E2), bem como a necessidade de tais comportamentos serem mais encobertos e ocultados (*“Aqui, os que haverá, estão mais camuflados do que noutros locais, porque são obrigados a isso...”* – E2). Também o facto de ser um contexto público ou privado, segundo um participante, acaba por ter influência devido ao facto de haver um maior controlo e uma admissão bastante mais restrita dos alunos, o que permite um maior controlo sobre o comportamento destes (*“Logo o ambiente social que nós estamos aqui a falar... hum... acaba por ser um ambiente um bocadinho mais elitista, não é?”*; *“Numa altura... lá esta, fora do nosso ambiente aqui do colégio e transportando para o público, eu tenho o exemplo de um ano em que dei aulas na [nome da escola]... saíam da escola para fumar e às vezes o cheiro que vinha de lá... estavam ali a consumir... haxixe, não sei, droga... estavam a fumar tudo menos tabaco. E casos de alunos a chegar em situações de embriaguez às aulas...”* – E3). Estes relatos dos participantes vão de encontro aos estudos de Shader (2003) que afirma que, de facto, o contexto social em que o jovem se insere pode ser, por si só, um fator de risco ou de proteção no que concerne a esta prática de comportamentos delinquentes.

No que concerne à última subcategoria, os autores têm identificado vários tipos de comportamentos delinquentes que estão sistematicamente presentes nas escolas de hoje, destacando o falar desadequadamente e ser verbalmente e fisicamente agressivo (*“Há situações que são mais facilitadoras e acontece...”* – E5; *“... passarem à agressão física dos órgãos genitais”* – E6), danificar materiais (*“... as portas estragadas, os cabides partidos, nota-se isso.”* – E6), beber álcool (*“... há álcool...”* – E1), roubar objetos (*“... as portas todas abertas mesmo para o ginásio e para os balneários e alguém foi lá e limpou tudo... limpou tudo! Telemóveis, carteiras, tudo...”* – E5), bullying (*“Queixas de... enfim, de algum tipo de bullying.”* – E2), entre outros (Fonseca, 1992, cit in Velez, 2010; Velez, 2010).

Neste sentido, é possível verificar que há uma correspondência positiva entre o que é identificado na literatura e os discursos dos participantes, sobretudo no que se refere à presença de comportamentos delinquentes e frequência com que estes se manifestam no contexto escolar.

Mais ainda, a resposta a este objetivo de investigação revelou ainda a importância de atentar ao contexto em que a escola se insere como possível explicação da maior ou menor presença e frequência do fenómeno.

(iv) **Explorar a perceção dos professores do Desporto Escolar acerca do papel deste enquanto fator de proteção ou fator de risco para a Delinquência Juvenil**

Atentando agora ao último objetivo de investigação, discutem-se as referências ao papel do Desporto Escolar, enquanto fator de proteção ou fator de risco para a Delinquência Juvenil.

Começando pelos excertos que realçam o impacto deste enquanto fator protetor da Delinquência Juvenil, todos os participantes referem vários aspetos que permitem uma leitura neste sentido. De facto, é previsto que só a participação e a adesão ao Desporto Escolar já se revelam como um fator protetor de trajetórias menos positivas, pois no que diz respeito ao contexto escolar, Farrington e Loeber (2000) destacam o baixo envolvimento escolar e a ausência de atividades extracurriculares como fatores essenciais e que poderão estar na base da Delinquência Juvenil. Esta existência de atividades que promove nos alunos um maior sentido de pertença à escola (*“Primeiro que tudo acho que é uma forma de se identificarem com a escola.”* – E5), torna-se determinante numa maior participação, coesão grupal, estabelecimento de novas relações adequadas e, conseqüentemente, na promoção de um aumento de motivação e de rendimento académico (Simões, Matos e Batista-Foguet, 2008) (*“O que eu noto é que os participantes no Desporto Escolar, de facto, aqueles que ficam... ficam e se mantêm, são alunos com bons resultados escolares.”* – E6). O Desporto Escolar pode proporcionar todos esses fatores positivos, enquanto atividade extracurricular, constituindo-se como mais uma ferramenta de trabalho para o desenvolvimento integral do aluno (*“É mais um instrumento dentro da própria escola para trabalhar os alunos, é assim que eu vejo.”* – E4; *“Tudo o que seja criar modelos... ou dar modelos de ambientes estruturados a miúdos que não os têm só pode ser positivo...”* – E6) e, igualmente, porque ao incluir os alunos neste meio social positivo, afasta-os de outros mais negativos e potenciadores de trajetórias menos adaptativas (*“... porque enquanto está a praticar desporto não está... não está a cometer as tais delinquências que poderia estar a fazer caso não estivesse nesse meio.”* – E3).

Os relatos dos participantes voltam a corroborar o que a literatura destaca como sendo outros fatores que também permitem associar o Desporto Escolar como tendo um papel positivo na prevenção e redução da Delinquência Juvenil, tais como a promoção de mudanças comportamentais (*“... este potencial que o Desporto Escolar tem na mudança do comportamento...”* – E1), aumento da autoestima (*“... porque eles acabam por ganhar a autoestima.”* – E5) e do controlo individual (*“... exemplos de... alunos que mudam a sua atitude, que são capazes de ganhar um autocontrolo maior sobre a sua agressividade... sobre*

as suas pulsões mais básicas, não é?” – E1), a aceitação da disciplina (“... no registo diário de assiduidade aos treinos era uma coisa que eu levava a sério, e elas passaram a levar também.” – E6) e a socialização (“... um espaço fundamental para cultivarmos as relações...” – E6) (Zamarian, Zamani, Forouzandeh e Haghghi, 2012). Estes autores reforçam ainda que os jovens que praticam desporto tendem a internalizar mais facilmente as normas e valores que são geralmente coerentes com as normas socialmente aceites (“... acaba por ser o primeiro campo onde o aluno... na sua formação, percebe que a formação tem que ser balizada por regras não é? Que, num determinado campo restrito, será o campo de desportivo, mas que facilmente depois deverá transferir para a sala de aula e para a escola e, depois, para a sociedade em geral não é?” – E1).

É ainda de salientar a contínua referência pelos participantes ao facto do Desporto Escolar poder ser um meio onde se torna também possível canalizar potenciais emoções negativas ou frustrações de forma mais adaptativa, não prejudicando terceiros (“É uma maneira de canalizar ou de evitar todos esses problemas... o seu foco adicional para o Desporto Escolar e não para flagelos e problemas sociais, que infelizmente estamos fartos de presenciar e que acontecem no dia-a-dia.” – E3).

Contudo, um dos fatores salientado por quatro participantes é a questão da modelagem por parte dos professores, que se torna essencial no Desporto Escolar (“Nós acima de tudo somos educadores não é?” – E5), uma vez que uma parte significativa daquilo que um indivíduo aprende ocorre através deste processo (Sprinthall & Sprinthall, 1993). Contudo, as referências a este processo não são coerentes, pois pode funcionar, consoante os intervenientes, como um fator de proteção (“E eu estou ali para os educar, para os formar, para os fazer crescer e torná-los umas boas pessoas no fundo.” – E5; “Se ele for orientado no sentido de que só pode ter a gratificação ou o prazer daquilo que o desporto e como modalidade lhe traz, se obedecer ao resto das regras que a própria sociedade e a escola implementou nele...” – E3) ou como um fator de risco, dependendo dos objetivos que o professor tem com a gestão desta atividade (“Agora se houver um professor que esteja ali única e exclusivamente com o intuito de ganhar e que não olha a meio para atingir os seus objetivos, provavelmente poderá incentivar os seus alunos a fazerem batota... podemos estar a falar, por exemplo, no consumo de substâncias ilícitas para tirarem proveito do rendimento desportivo...”, “Ou então que tente enganar e ensine os alunos a ‘pá, se não consegues tenta ludibriar, enganar...” – E3). Esta questão pode ter, realmente, um impacto significativo no desenvolvimento dos alunos e no ajuste das suas atitudes e comportamentos (“Quer dizer, ‘se até o meu próprio professor me diz para eu fazer isto na escola, porque é que eu não hei-de fazer ainda pior cá fora?’” – E3), ocorrendo cada vez com maior frequência (“... isso para mim não faz sentido nenhum e isso acontece muitas vezes, principalmente nos desportos coletivos.” – E5).

Confirmando esta crença no Desporto Escolar enquanto fator de risco para a Delinquência Juvenil, o estudo de Faulkner, Adlaf, Irving, Allison, Dwyer e Goodman (2007), salienta ainda o facto de o desporto proporcionar ambientes onde a violência, os confrontos e o uso de substâncias são banalizados e frequentes. Segundo os participantes, este ambiente propício à violência e aos confrontos também é notório algumas vezes, principalmente devido à componente competitiva existente no Desporto Escolar (*“Portanto, em situações de competição, por vezes, são situações desencadeadoras de... de atos de agressão, atos de vandalismo, atos de... de desrespeito, enfim!”*, *“... podem criar-se situações ... e, às vezes, com alguma frequência.”* – E1).

Neste sentido, e apesar de os professores enfatizarem mais a valência protetora do Desporto Escolar em relação à Delinquência Juvenil, é possível ir de encontro ao que alguma literatura tem vindo a identificar como um impacto misto do Desporto Escolar na Delinquência Juvenil, não havendo uma clara definição deste papel. Segundo Darling, Caldwell, e Smith (2005), apesar das claras vantagens ao nível do desenvolvimento pessoal, social e académico, os jovens que praticam Desporto Escolar tendem, por vezes, a apresentar mais problemas de comportamento. Este pode ser um fator explicativo dos relatos mistos dos participantes no que concerne ao impacto do Desporto Escolar, bem como dos resultados pouco significativos no estudo quantitativo, que não permitiu identificar uma relação entre a participação no Desporto Escolar e a maior ou menor incidência de comportamentos delinquentes e desviantes.

CONCLUSÃO

Nesta secção procede-se à síntese das principais conclusões retiradas com base nos resultados obtidos nos dois estudos realizados, bem como algumas limitações identificadas e pistas para investigações futuras relacionadas com esta temática.

Tendo em conta que objetivo principal desta investigação se prende com a compreensão acerca do papel do Desporto Escolar enquanto fator protetor ou fator de risco para a Delinquência Juvenil, pode assim concluir-se que este foi, em parte, cumprido, pois apesar de os resultados apresentados no estudo quantitativo não se revelarem significativos, os do estudo de cariz qualitativo permitiram explorar vários fatores importantes neste impacto. Contudo, e apesar das várias referências ao mesmo enquanto fator de risco e fator de proteção, estes revelaram-se um pouco discrepantes na clarificação deste papel. Importa, contudo, referir a predominância de excertos discursivos que revelam uma maior influência do Desporto Escolar enquanto fator protetor para a Delinquência Juvenil, apresentando vários fatores que apontam para um contributo deste no desenvolvimento e formação integral dos jovens que o praticam. Aí, destacam-se vários exemplos experienciados pelos participantes de episódios em que o Desporto Escolar se constituiu como fundamental nesta adoção de comportamentos mais adaptativos (*“E é certo que o miúdo mudou radicalmente... o facto de ele pertencer àquele grupo, de começar a pensar que há aquelas regras que ele tinha que cumprir... e pronto, foi crescendo e formou-se um bom rapaz!”* – E5; *“... pensar que o que é preciso é dar oportunidade de eles perceberem que há contextos mais positivos e esse miúdo melhorou muito.”* – E6).

O estudo qualitativo permitiu ainda identificar várias vantagens inerentes à prática do Desporto Escolar através das perspetivas dos professores, destacando-se um impacto bastante positivo a nível pessoal, promovendo um aumento da autoestima, da motivação e da responsabilidade, uma aceitação mais facilitada da disciplina e do cumprimento de regras, um aumento da capacidade de tolerância à frustração, da capacidade de autorreflexão e autoavaliação, da persistência na tarefa e no saber estar, de forma geral; a nível social, promovendo uma melhor e mais facilitada integração na escola e no grupo de pares, um conhecimento de outras realidades e contextos mais positivos, uma aprendizagem social constante ao nível da modelagem, e um aumento da capacidade de trabalhar em equipa e de cooperação; a nível escolar, permitindo uma melhor integração e sentido de pertença à escola e, consecutivamente, aumentando a motivação e o rendimento escolar; e a nível familiar, promovendo um contacto mais próximo e mais regular com a família no acompanhamento aos jogos e aos treinos que fazem parte do Desporto Escolar.

Torna-se ainda possível concluir, segundo as perspetivas dos professores, que o fenómeno da Delinquência Juvenil está bem presente no contexto escolar, nos dias de hoje, e

com uma frequência e uma intensidade relativamente significativas. Os tipos de comportamentos delinquentes salientados pelos participantes revelam uma correlação com os identificados pela literatura, abarcando o consumo de substâncias ilícitas, a agressão física e psicológica, o *bullying*, os roubos e furtos e a destruição de espaços e objetos como os que ocorrem com mais frequência no contexto escolar. No que concerne às diferenças entre os contextos em que os participantes estão inseridos enquanto Coordenadores do Desporto Escolar, estas prendem-se sobretudo, segundo os próprios, com o meio social em que a escola está inserida, bem como com o facto de se constituírem como uma instituição pública ou privada, sendo o ensino privado menos propício à inserção de alunos com comportamentos delinquentes.

Quanto ao último objetivo específico, que está intrinsecamente relacionado com o objetivo geral da investigação, salientam-se como fatores protetores a integração num meio social ajustado e positivo para a formação integral dos jovens e conseqüente afastamento de ambientes sociais menos adaptativos, a existência de regras que são facilmente aceites pelos jovens em contextos desportivos e que promovem uma transferência para os restantes contextos, uma promoção constante de competências pessoais (*e.g.*, capacidade de autoavaliação) e sociais (*e.g.*, capacidade de cooperação), a possibilidade de transferir, de forma adaptativa, para o desporto as frustração e emoções negativas presentes na vida diária, e o contacto regular com agentes educativos que podem servir como modelos positivos para os jovens. Contudo, após a leitura dos resultados, conclui-se que a existência destes modelos e o papel essencial que têm na formação dos alunos, é vista por alguns participantes como potencial fator de risco para a adoção de comportamentos delinquentes, devido à ambição destes em obter resultados desportivos, descurando as potencialidades do Desporto Escolar enquanto oportunidade de formação e aprendizagem. Nesses casos, são referidos comportamentos como o incentivo ao consumo de substância ilícitas por parte dos jovens, que permitem um melhor rendimento desportivo, bem como ao desrespeito pelas regras do jogo ou pelo adversário, contrariando todos os objetivos a que o Desporto Escolar se propõe cumprir. Outro fator de risco salientado é o próprio ambiente de competição existente no Desporto Escolar, principalmente no que concerne aos desportos coletivos que, tal como visto no estudo de cariz quantitativo, são os que têm mais alunos envolvidos, pois estes envolvem constantemente situações de violência e confrontação entre os alunos, segundo os participantes.

Neste sentido, e tal como referido anteriormente, os resultados não permitem uma definição específica acerca do papel do Desporto Escolar enquanto fator protetor ou fator de risco para a Delinquência Juvenil. Contudo, são vários os fatores identificados que influenciam o desenvolvimento dos jovens que o praticam, sendo possível inferir um impacto desta atividade e uma importância ainda maior de atender a esta questão e explorar esta relação de forma mais consistente e continuada, podendo o Desporto Escolar ser uma ferramenta essencial, não só no

afastamento dos jovens da prática de comportamentos delinquentes, bem como na promoção de inúmeras competências essenciais para a formação dos alunos de forma geral.

Neste sentido, são identificáveis várias pistas que se revestem de grande interesse e pertinência no que concerne a possíveis investigações futuras neste tema. A primeira prende-se, à partida, com os participantes do estudo, podendo revelar-se pertinente atender aos discursos e perspetivas dos próprios jovens praticantes do Desporto Escolar, na medida em que seria possível aprofundar fatores que os participantes deste estudo destacaram, tal como as motivações para a participação, o impacto na sua vida diária, entre outros aspetos. Assim, tornar-se-ia relevante, através das suas experiências, aprofundar o impacto do Desporto Escolar a nível pessoal, social, escolar e familiar, podendo estas referências facilitar uma melhor perceção acerca do impacto do Desporto Escolar enquanto fator de risco ou fator de proteção, não só no que concerne ao envolvimento em trajetórias delinquentes, mas na sua formação integral, de forma geral. Tornar-se-ia igualmente pertinente atender às perspetivas de outros intervenientes, no que concerne a esta temática, nomeadamente dos Diretores das Escolas, que podem fornecer uma visão mais alargada do Desporto Escolar enquanto atividade que promove esta formação integral dos alunos, procurando perceber se o papel deste enquanto potencial fator protetor da Delinquência Juvenil é, ou não, intencionalizado. Ainda nesta lógica, considerar-se-ia essencial aprofundar esta intencionalidade em investigações futuras, permitindo explorar se realmente o Desporto Escolar é dinamizado com o objetivo de reduzir comportamentos delinquentes e desviantes, ou se apenas assume esse papel de forma involuntária.

No mesmo sentido, coloca-se como pertinente especificar e compreender melhor estas dinâmicas do Desporto Escolar enquanto fator de risco e, nomeadamente, no que concerne à questão da modelagem por parte dos professores que, segundo os participantes, têm vindo de forma crescente a definir objetivos, relacionados apenas com o rendimento desportivo, que se revelam desadequados e contraproducentes para a formação do jovem e que incentivam a prática de comportamentos delinquentes. Assim, e explorando melhor estas perspetivas, tornar-se-ia possível realizar algumas adequações no Desporto Escolar que colmatassem tais falhas. Na mesma lógica, observa-se uma necessidade de explorar as modalidades praticadas pelos jovens, onde se destacam as modalidades coletivas (*e.g., futebol e basquetebol*) e que estão, segundo os participantes, associadas a uma maior existência e frequência de comportamentos delinquentes comparativamente com as modalidades individuais, sendo, contudo, mais promotoras de competências sociais como o trabalho em equipa, a cooperação ou a integração num grupo de pares. Assim, um estudo mais aprofundado desta ambivalência, bem como das vantagens e desvantagens de cada tipo de modalidade, poderia revelar-se de uma grande pertinência.

Outro tópico que poderia ser importante atentar de forma mais aprofundada seria a diferença, frequentemente salientada, entre os contextos escolares público e privado, bem como o meio social em que estes se inserem. Este fator revela-se como essencial segundo Shader

(2003), pois o contexto social em que o jovem está inserido pode promover um aumento ou diminuição do comportamento onde, segundo Farrington & Loeber (2000) os contextos mais desfavorecidos são potenciadores de uma maior incidência de comportamentos como o consumo de substâncias, furtos e todo um conjunto de comportamentos desviantes. Além disso, este fator é igualmente realçado por dois participantes, o que reforça ainda mais o interesse em aumentar a diversidade de contextos, bem como em estudar mais aprofundadamente este fator em investigações futuras.

Apesar das considerações referidas, torna-se necessário atentar a alguns aspetos que se constituíram como limitações do estudo, sendo essencial tê-los em conta na interpretação dos resultados apresentados. Considera-se que a principal limitação verificada se prende com o número de participantes do estudo de cariz qualitativo não ter permitido atingir os critérios de saturação teórica, o que se revelou determinante no menor aprofundamento de algumas questões. Também no estudo de cariz quantitativo, tornar-se-ia necessário possuir uma amostra de maior dimensão e mais heterogénea, com o intuito de obter resultados mais significativos.

Outro fator que se revelou como limitação neste estudo foi a reduzida experiência de alguns participantes enquanto Professores Coordenadores do Desporto Escolar, o que impossibilitou que algumas questões fossem exploradas com a intensidade necessária dada a tendência de alguns participantes para responder de forma breve e direta, apresentando poucos exemplos práticos que sustentassem os seus discursos. No entanto, a opção por um guião semiestruturado revelou-se como uma mais-valia neste processo pois este permite colmatar a dificuldade em aceder a questões não tão facilmente identificáveis, como normalmente acontece com a utilização de questionários e outros instrumentos standardizados (Reardon, 2003).

Finalizando, considera-se que os poucos estudos existentes acerca da relação entre o Desporto Escolar e a Delinquência Juvenil não permitiu uma revisão de literatura muito extensa. Contudo, este fator vem reforçar a importância de dar continuidade a estudos futuros que aprofundem as questões referidas nesta investigação, nomeadamente em Portugal, onde os dados são notoriamente escassos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Aires, L. (2011). *Paradigma qualitativo e práticas de investigação educacional*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Almeida, L. S. & Freire, T. (2008). *Metodologia da Investigação em Psicologia e Educação* (5th ed.). Braga: Psiquilíbrios.
- Andershed, H., Gustafson, S. B., Kerr, M., & Stattin, H. (2002). The usefulness of self-reported psychopathy-like traits in the study of antisocial behaviour among non-referred adolescents. *European Journal of Personality*, 16(5), 383-402. doi:10.1002/per.455.
- Arghode, V. (2012). Qualitative and quantitative research: Paradigmatic differences. *Global Education Journal*, 2012(4), 155-163.
- Carr, A. (2006). *The handbook of child and adolescence clinical psychology: a contextual approach*. East Sussex: Routledge.
- Carrilho, L. (2000). *Influências Familiares no Desenvolvimento de Trajectórias Desviantes em Adolescentes Institucionalizados*. (Tese de Doutoramento não publicada). Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade do Porto, Portugal.
- Chitas, V. (2010). *Consumo de drogas e outros comportamentos de risco na adolescência: factores de risco e factores de protecção*. (Tese de Doutoramento não publicada). Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade do Porto, Portugal.
- Crabbe, T. (2000). A Sporting Chance?: using sport to tackle drug use and crime. *Drugs: Education, Prevention & Policy*, 7(4), 381-391. doi:10.1080/09687630050178253.
- Darling, N., Caldwell, L. L., & Smith, R. (2005). Participation in School-Based Extracurricular Activities and Adolescent Adjustment. *Journal of Leisure Research*, 37(1), 51-76. doi:10.1037/0022-0663.91.2.369.
- Decreto-Lei nº 166/99 de 14 de Setembro. *Diário da República nº 215 – I Série A*.
- Decreto-Lei nº 5/2007 de 16 de Janeiro. *Diário da República nº 11 – I Série*.
- Decreto de Lei 95/91 de 26 de Fevereiro. *Diário da República nº 47 – I Série*.
- Denzin, N. K. & Lincoln, Y. S. (2011). Introduction: The discipline and practice of qualitative research. In N. K. Denzin & Y. S. Lincoln (Eds.), *The SAGE Handbook of Qualitative Research* (4th ed., pp. 1-19). Thousand Oaks: Sage Publications.
- Direção-Geral de Educação (2013). *Regulamento do Programa do Desporto Escolar 2013-2014*. Lisboa: Ministério da Educação e Ciência.
- Direção-Geral de Educação (2013). *Programa do Desporto Escolar 2013-2017*. Lisboa: Ministério da Educação e Ciência.
- Direção-Geral de Educação (2011). *Alunos por modalidade 2007-2011*. Lisboa: Ministério da Educação e Ciência. Consultado em <http://www.desportoescolar.min-edu.pt/estatisticas.aspx>

- Dubow, J. S., & Kelly, J. P. (2003). Epilepsy in sports and recreation. *Sports Medicine*, 33(7), 499-516.
- Ellonen, N. (2008). Adolescent Delinquency and Social Control in Finnish Schools: A Multilevel Analysis. *Journal of Scandinavian Studies in Criminology and Crime Prevention*, 9(1), 47-64. doi:10.1080/14043850801990357.
- Farrington, D. P., Ohlin, L. E., & Wilson, J. Q. (1986). *Understanding and controlling crime*. New York: Springer-Verlag.
- Farrington, D. P., & Loeber, R. (2000). Epidemiology of Juvenile Violence. *Juvenile Violence*, 9(4), 733-748.
- Faulkner, G. J., Adlaf, E. M., Irving, H. M., Allison, K. R., Dwyer, J. M., & Goodman, J. (2007). The Relationship between Vigorous Physical Activity and Juvenile Delinquency: A Mediating Role for Self-Esteem?. *Journal of Behavioral Medicine*, 30(2), 155-163. doi:10.1007/s10865-006-9091-2.
- Firestone, W.A. (1987). Meaning in method: The rhetoric of quantitative and qualitative research. *Educational Researcher*, 16(7), 16-21.
- Fontana, A. & Frey, J. H. (1994). Interviewing: The art of science. In N. K. Denzin & Y.S. Lincoln (Eds.), *The Handbook of Qualitative Research* (pp. 361-376). Thousand Oaks: Sage Publications.
- Fraser-Thomas, J. L., Côté, J., & Deakin, J. (2005). Youth sport programs: an avenue to foster positive youth development. *Physical Education and Sport Pedagogy*, 10(1), 19–40.
- Freire, J. (2010). *Desporto Escolar – Uma possível estratégia no combate ao Insucesso Escolar*. (Dissertação de Mestrado não publicada). Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Portugal.
- Gardner, M., Roth, J., & Brooks-Gunn, J. (2011). Sports Participation and Juvenile Delinquency: The Role of the Peer Context Among Adolescent Boys and Girls With Varied Histories of Problem Behavior. *Sport, Exercise, and Performance Psychology*, 1(S), 19-37. doi: 10.1037/2157-3905.1.S.19.
- Greenwood, P. (2008). Prevention and Intervention Programs for Juvenile Offenders. *Future of Children*, 18(2), 185-210.
- Hinton, P. (2004). *Statistics Explained: A Guide for Social Science Students* (2th ed.). Taylor & Francis.
- Lopes, J. A.) (2009). *Comportamento, Aprendizagem e “Ensinação” na ordem e desordem da sala de aula*. Braga: Psiquilíbrios.
- Lourenço, S. (2009). *Prevenindo Comportamentos de Risco: Um exemplo numa escola TEIP*. Dissertação de Mestrado em Educação apresentada à Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, Lisboa.

- Marques, A. (2012). *Comportamentos antissociais e fatores de risco da delinquência juvenil: caracterização de uma escola*. Monografia de Licenciatura em Criminologia, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Fernando Pessoa.
- Matos, R., Vieira, A., Almeida, T., Rodrigues, N., & Rodrigues, A. (2013). Portugal - National Analysis. In I.T.A.C.A. (Eds.), *Interaction of different subjects towards a strategic common answer concerning Juvenile gangs* (pp. 97-140).
- Miller, K. E., Melnick, M. J., Barnes, G. M., Sabo, D., & Farrell, M. P. (2007). Athletic Involvement and Adolescent Delinquency. *Journal of Youth and Adolescence*, 36(5), 711-723. doi: 10.1007/s10964-006-9123-9
- Ministério da Educação. (2009). *Programa do Desporto Escolar para 2009-2013*. Lisboa: Ministério da Educação.
- Moffitt, T. E. (1993). Adolescence-limited and life-course-persistent antisocial behavior: A developmental taxonomy. *Psychological Review*, 100(4), 674-701.
- Negreiros, J. (2001). *Delinquências Juvenis: trajetórias, intervenções e prevenção*. Lisboa: Editorial Notícias.
- Oliveira, P. (2011). *Atitudes e Crenças Antissociais na Delinquência Juvenil: diferenças em função da idade, do género, e do padrão antissocial*. (Dissertação de Mestrado não publicada). Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, Universidade do Porto, Portugal.
- Pais, M. (2012). *Delinquência juvenil: Ausência de Vínculos e Adopção de Comportamentos Desviantes*. Monografia de Licenciatura em Criminologia, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Fernando Pessoa.
- Pechorro, P. (2011). *Delinquência Juvenil: Estudo de algumas variáveis psicológicas e relacionais com ênfase nos traços psicopáticos*. Dissertação de Doutoramento em Ciências e Tecnologias da Saúde, Especialidade em Medicina Legal e Ciências Forenses, Faculdade de Medicina de Lisboa, Universidade de Lisboa.
- Pollard, J.A., Hawkins, D. & Arthur, M.W. (1999). Risk and protective factors: Are both necessary to understand diverse behavioral outcomes in adolescence? *Social Work Research*, 23(3),145–158.
- Pral, C. (2007). *Oportunidade e Risco: Suporte social e factores psicossociais associados ao fenómeno da delinquência juvenil*. (Dissertação de Mestrado não publicada). Instituto Superior de Psicologia Aplicada, Portugal.
- Reardon, D. (2003). Abortion decisions and the duty to screen: Clinical, Ethical, and Legal implications of predictive risk factors of post-abortion maladjustment. *Journal of Contemporary Health Law and Policy*, 20(33), 31-114.

- Rocha, M. (2011). *Delinquência: A Importância da Intervenção Precoce em alunos com comportamentos desajustados*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Ciências Sociais, Universidade Católica Portuguesa.
- Santos L. (2000). O desporto em si não educa. *Revista da Educação Física/UEM Maringá*, 11(1), 77-85.
- Shader, M. (2003). Risk factors for delinquency: An overview. Washington, DC: Office of Juvenile Justice and Delinquency Prevention.
- Simões, C., Matos, M. G., & Batista-Foguet, J. M. (2008). Juvenile Delinquency: analysis of risk and protective factors using quantitative and qualitative methods. *Cognition, Brain & Behavior*, 12(4), 389-408.
- Smith, C. A. (2008). Juvenile Delinquency: An Introduction. (cover story). *Prevention Researcher*, 15(1), 3-7.
- Sprinthall, A. & Sprinthall, R. (1993). *Psicologia Educacional*. Lisboa: McGraw-Hill.
- Teixeira, P. (2007). *O Desporto Escolar: estudo dos serviços prestados nas escolas básicas do 2º e 3º ciclos do concelho de Gondomar*. Dissertação de Mestrado em Ciências do Desporto, Faculdade de Desporto, Universidade do Porto.
- Thornberry, T. P., Krohn, M. D., Lizotte, A. J., Smith, C. A. & Porter, P. K. (1998). Taking stock: An overview of findings from the Rochester Youth Development Study. Washington, DC: American Society of Criminology.
- Trafimow, D. (2014). Considering Quantitative and Qualitative Issues Together. *Qualitative Research in Psychology*, 2014(11), 15-24. doi: 10.1080/14780887.2012.743202
- Velez, M. (2010). *Indisciplina e Violência na Escola: fatores de risco-um estudo com alunos do 8º e 10º anos de escolaridade*. Dissertação de Mestrado em Educação apresentada ao Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, Lisboa.
- Zamanian, F., Zamani, L., Forouzandeh, E., & Haghighi, M. (2012). Effects of sports participation on social delinquency reduction among adolescents. *Annals of Biological Research*, 3(1), 660-667.

ANEXOS

ANEXO 1 - GUIÃO DA ENTREVISTA – PROFESSORES

| Tema Geral | Áreas do tema | Exemplos de Questões |
|-----------------------------|---|--|
| Desporto Escolar | Contextualização do Desporto Escolar no seu local de trabalho | <p>Como funciona o desporto escolar no seu local de trabalho?</p> <p>A adesão é boa por parte dos alunos? Essa adesão aplica-se ao género masculino e feminino, ou apenas a um deles?</p> <p>O que gosta mais no desporto escolar? O que o atrai mais?</p> |
| | Importância do Desporto Escolar | <p>Que importância atribui ao desporto escolar?</p> |
| | Impacto do Desporto Escolar na vida dos jovens | <p>Considera que o desporto escolar tem impacto na vida dos jovens?</p> <p>Se sim, qual? Em que áreas? Podia dar-me um exemplo concreto?</p> <p>Se não, porquê?</p> |
| Delinquência Juvenil | Comportamentos de delinquência em contexto escolar | <p>Gostaria agora de falar um pouco consigo sobre delinquência juvenil. Por delinquência juvenil refiro-me a, por exemplo, bater, consumir álcool e drogas, roubar, etc.</p> <p>De acordo com a sua prática, como descreveria este fenómeno no</p> |

| | | |
|---|--|---|
| | | <p>contexto escolar?</p> <p>Já teve conhecimento de algum episódio de delinquência juvenil na sua escola?</p> <p>Se sim, podia descrevê-lo?</p> <p>Quais considera serem as principais diferenças entre a sua escola, em específico, e as escolas em geral?</p> |
| <p>Impacto do Desporto Escolar na Delinquência Juvenil</p> | <p>Relação entre Desporto Escolar e Delinquência Juvenil</p> | <p>E se pensarmos em delinquência juvenil e em desporto escolar, considera que de alguma forma podem estar relacionados? De que forma?</p> |
| | <p>Desporto Escolar como fator de risco</p> | <p>Considera que o desporto escolar pode contribuir para comportamentos de delinquência nos jovens?</p> <p>De que forma? Poderia dar-me alguns exemplos?</p> |
| | <p>Desporto Escolar como fator de proteção</p> | <p>Considera que o desporto escolar pode contribuir para a diminuição de comportamentos de delinquência nos jovens?</p> <p>De que forma? Poderia dar-me alguns exemplos?</p> |



Anexo 2 - Consentimento Informado

“Perceções acerca do impacto do Desporto Escolar na Delinquência Juvenil”

Este estudo, enquadrado na Dissertação de Mestrado em Psicologia da Educação e Desenvolvimento Humano, da Universidade Católica do Porto – Foz, tem como principal objetivo explorar as perceções de professores responsáveis pelo Desporto Escolar acerca do impacto do mesmo na Delinquência Juvenil. Este está inserido num projeto de investigação internacional mais abrangente, o *Project MERLINO – Towards a juvenile delinquency prevention policy: a multi-state experiment on integration and efficacy*.

A colaboração consiste na realização de uma entrevista que será gravada. Toda a informação recolhida é confidencial e será somente utilizada para fins de investigação.

Este trabalho de investigação é supervisionado pela Professora Doutora Raquel Matos e pela Professora Doutora Lurdes Veríssimo, docentes da Faculdade de Educação e Psicologia, da Universidade Católica do Porto – Foz.

Para qualquer dúvida não hesite em contactar:

Hugo Carvalho: 9xxxxxxx; xxx@hotmail.com

Fui informado/a e compreendi os objetivos e o procedimento do estudo, aceitando participar. Consinto que os dados sejam apresentados de forma anónima e confidencial em apresentações públicas, congressos científicos e publicações.

Data: ____/____/____

Assinatura do participante
